UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARCELY DOS SANTOS

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) - *CAMPUS* SÃO CRISTÓVÃO

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2026

MARCELY DOS SANTOS

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) - *CAMPUS* SÃO CRISTÓVÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2026

MARCELY DOS SANTOS

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) - *CAMPUS* SÃO CRISTÓVÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho.

DATA DE APROVAÇÃO: 25/ 02/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
JODEYLSON ISLONY DE LIMA SOBRINHO
Data: 25/02/2026 22:36:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho - UFS - Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br
FLAVIA AUGUSTA SANTOS DE MELO LOPES
Data: 27/02/2026 15:56:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr. Flávia Augusta Santos de Melo Lopes - UFS - Membro titular

Documento assinado digitalmente
gov.br
AYLANA CRISTINA RABELO SILVA
Data: 26/02/2026 14:48:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Ma. Aylana Cristina Rabelo Silva - UFMA - Membro titular

Dedico este trabalho a todos/as aqueles/as que acreditaram em mim, que acreditaram em si, para que eu pudesse acreditar em mim. A perseverança dos meus, me fez chegar até aqui.

“O operário que quer fazer o seu trabalho bem deve começar por afiar os seus instrumentos” (Confúcio).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar força e coragem para buscar oportunidades, para vencer os desafios, me mantendo resiliente e auspiciosa na minha caminhada.

A mim mesma, por acreditar na minha capacidade e sempre persistir em grandes objetivos.

A minha mãe, Maria da Conceição, que, muitas vezes, se sacrificou para que eu pudesse ter as oportunidades que ela não teve, sendo a matriarca da família, sempre resolvendo os dilemas que poderiam me fazer desistir.

Ao meu pai, Marcio e meu irmão Mateus que sempre acreditaram, apoiaram e colaboraram para a minha permanência na Universidade. A minha família, minha conquista, é por todos nós, espero poder retribuir tudo que já fizeram e continuam fazendo por mim.

Ao meu companheiro Carlos Henrico por me incentivar e acompanhar no árduo processo da graduação, por me compreender, ouvir minhas lamúrias, sendo paciente e meu porto seguro, sua presença e cumplicidade foram essenciais para que essa conquista fosse possível.

A Universidade, e seu corpo docente, que me ofereceram mais do que conhecimento, ofereceram novos horizontes para desbravar, agradeço ao empenho e dedicação na arte de ensinar. Especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Jodeylson, pela paciência, guiou-me neste projeto mostrando que cada obstáculo é uma oportunidade de crescimento. Sendo igualmente honrada por ter na banca avaliadora da monografia a Prof.ª Dr. Flávia Augusta Santos de Melo Lopes (UFS) e a Prof.ª Ma. Aylana Cristina Rabelo Silva (UFMA), por acreditarem nesta pesquisa e por compartilharem de seus conhecimentos.

Às profissionais ímpares nos estágios que realizei na equipe de Atendimento Social da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) e na Divisão de Equipe Interdisciplinar do Ministério Público de Sergipe, pelo apoio e os diversos aprendizados, agradeço por acompanhar vocês que foram imprescindíveis na minha formação.

A todos/as aqueles/as que direta ou indiretamente torceram para que essa conclusão fosse possível.

RESUMO

Este trabalho analisa em que termos vem se constituindo a instrumentalidade do Serviço Social no âmbito da Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe (UFS) *campus* São Cristóvão, com o objetivo de apreender as particularidades da instrumentalidade profissional das assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional. Para tanto, busca analisar o trabalho profissional desenvolvido na Assistência Estudantil, considerando a forma como a intervenção socioprofissional tem sido realizada frente às demandas institucionais; identificar as demandas que requisitam a intervenção das assistentes sociais nesse campo; e compreender em que medida os instrumentais técnico-operativos utilizados se articulam com a instrumentalidade profissional fundamentada no Projeto Ético-Político do Serviço Social. A pesquisa adota o método materialista histórico-dialético, por compreender que a apreensão da realidade social ocorre por meio de aproximações sucessivas à totalidade, possibilitando o desvelamento de suas contradições. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem quanti-qualitativa, bibliográfica e documental, realizada a partir do levantamento de artigos científicos, dissertações, livros, documentos oficiais e dados referentes à Política Nacional de Assistência Estudantil, à instrumentalidade do Serviço Social e à assistência estudantil na UFS, obtidos principalmente no portal institucional da universidade. Os resultados evidenciam que a intervenção socioprofissional desenvolvida na UFS apresenta caráter centrado e focalista, orientada por uma lógica institucional alinhada ao neoliberalismo, que requisita das assistentes sociais, prioritariamente, a execução de estudos socioeconômicos voltados à administração dos benefícios assistenciais estudantis, o que tem contribuído para a sobrecarga profissional e para a realização de intervenções imediatistas, especialmente nos períodos de processos seletivos da assistência estudantil, em decorrência da limitação da autonomia nas ações e no planejamento do trabalho profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Instrumentalidade profissional; Assistência Estudantil; Política Nacional de Assistência Estudantil; Universidade Federal de Sergipe.

ABSTRACT

This study analyzes the terms under which the instrumentality of Social Work has been constituted within Student Assistance at the Federal University of Sergipe (UFS), São Cristóvão campus, with the aim of apprehending the particularities of the professional instrumentality of social workers in this socio-occupational space. To this end, it seeks to analyze the professional work developed in Student Assistance, considering how socio-professional intervention has been carried out in response to institutional demands; to identify the demands that require the intervention of social workers in this field; and to understand the extent to which the technical-operational instruments used are articulated with professional instrumentality grounded in the Ethical-Political Project of Social Work. The research adopts the historical-dialectical materialist method, as it understands that the apprehension of social reality occurs through successive approximations to totality, enabling the unveiling of its contradictions. This is an exploratory study with a quantitative-qualitative approach, of a bibliographic and documentary nature, conducted through the review of scientific articles, dissertations, books, official documents, and data related to the National Student Assistance Policy, the instrumentality of Social Work, and student assistance at UFS, obtained mainly from the university's institutional portal. The results show that the socio-professional intervention developed at UFS has a centered and focalized character, guided by an institutional logic aligned with neoliberalism, which primarily requires social workers to carry out socioeconomic assessments aimed at managing student assistance benefits. This has contributed to professional overload and to the implementation of immediate and short-term interventions, especially during periods of student assistance selection processes, due to limitations on autonomy in professional actions and work planning.

Keywords: Social Work; Professional Instrumentality; Student Assistance; National Student Assistance Policy; Federal University of Sergipe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma da estrutura administrativa da PROEST, junho de 2021…….....21
Figura 2 – Número de discentes contemplados com auxílio estudantil, 2016-2020……..……..31
Figura 3 – Recursos Assistência Estudantil 2020 ……....33
Figura 4 – Execução de recursos com auxílios e bolsas, 2016-2021…….34
Figura 5 – Execução de recursos PRODAP, 2016-2020……...35
Figura 6 – Recursos da Assistência Estudantil pagos em auxílios especiais em 2020……...37
Quadro 1 – Instruções normativas e portarias emitidas pela PROEST…….……...43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipos de auxílios e bolsas com valores pagos com recursos PNAES……...30
Tabela 2 – Concessão e distribuição de bolsas e auxílios – Campus São Cristóvão/Aracaju (Total de benefícios) entre os anos 2013 e 2019……...32
Tabela 3 **–** Auxílios em virtude do período de pandemia……..36
Tabela 4 – Atividades de Serviço Social desenvolvidas pela PROEST no Campus São Cristóvão (2013-2019).....49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CGU - Controladoria-Geral da União

CODAE - Coordenação de Assistência e Integração do Estudante

CODAP - Colégio de Aplicação

CONSU - Conselho Superior

COPRE - Coordenação de Promoções do Esporte Universitário

COVID-19 - Coronavírus SARS-CoV-2

CPFJ - Comissão Permanente de Flexibilização de Jornada

DAIN - Divisão de Ações Inclusivas

DIPAI - Divisão de Programas de Assistência e Integração

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENAMED - Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis

IFE - Instituição Federal de Ensino

IFS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

INCLUIR - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexo, com o sinal de mais (+) para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais não explicitamente listadas

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

PAB - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas

PAE - Programa de Auxílios Estudantis

PAS - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes

PASES - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior

PATE - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante

PBP - Programa Bolsa Permanência

PCD - Pessoas com Deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PEM - Programa Estudantil de Moradia

PIAE - Programa de Incentivo à Ação Estudantil

PIAEX - Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil

POSGRAP - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

PRAAE - Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando

PRODAP - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

PROEST - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PROMISAES - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROPEPE - Programa de Permanência Parental na Educação

PRU - Programa de Residência Universitária

RESUN - Restaurante Universitário

RNP - Rede Nacional de Pesquisa

SESU - Secretaria de Educação Superior

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIOP - Sistema Integrado de Orçamento

SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UFS - Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14
1. O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO 20
1.1 ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO POLÍTICA NACIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR 22
1.2 ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROEST) NA UFS - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO..... 28
2. A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFS – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO 40
2.1 A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFS – SÃO CRISTÓVÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL 42
CONSIDERAÇÕES FINAIS 54
REFERÊNCIAS 59

INTRODUÇÃO

A presente monografia evidencia algumas reflexões relacionadas à Instrumentalidade do Serviço Social no contexto da Política de Educação de Nível Superior, tendo como observação *in loco* a Universidade Federal de Sergipe, no *campus* de São Cristóvão.

Propomos a atenção a respeito da Educação Superior no Brasil, por ser marcada de diversas formas pelas desigualdades sociais, o que ocasiona aos estudantes o enfrentamento de constantes desafios relativos ao acesso, à permanência e à conclusão dos cursos para aqueles/as em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesta conjuntura, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAS) apresenta-se como um significativo instrumento de combate à evasão, que busca assegurar condições mínimas para que os/as estudantes, filhos/as da classe trabalhadora, permaneçam nas Universidades Públicas Federais.

Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus São Cristóvão, a assistência estudantil é implementada por meio de auxílios financeiros, de alimentação como o restaurante universitário (RESUN), residência universitária, apoio psicossocial e pedagógico. Nesse contexto, o Serviço Social assume papel central, trabalhando na mediação entre as demandas dos/as estudantes e os instrumentos institucionais e socioprofissionais que visam a permanência.

No entanto, a instrumentalidade do Serviço Social na área da educação está para além desses atos, as/os assistentes sociais contribuem no sentido de viabilizar aos estudantes meios para que estes/as tenham conhecimento acerca de seus direitos e deveres como cidadãos/ãs. Mas, este entendimento mais crítico do exercício do Serviço Social só foi consolidado a partir da maturidade intelectual da profissão, bem como dos debates realizados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), as quais chamam a categoria e as/os estudantes para pensar e construir o campo sócio-ocupacional da educação.

Nota-se no posicionamento do Conselho Federal da profissão que houve mudanças no trabalho no âmbito educacional, a intervenção para além das demandas que estavam presentes nas instituições, os/as profissionais sendo chamados a intervir em várias demandas dos/as usuários/as, como situações de preconceito, violência e

entre outros, ocorridos dentro das instituições de ensino, motivadas pelas expressões da questão social, existindo a atenção a crescente evasão no ensino superior e as dificuldades na relação ensino, pesquisa e extensão. Essas demandas são diversas nos dias atuais, e exigem que as/os profissionais do Serviço Social sejam qualificadas/os e acima de tudo, atentos/as às políticas necessárias para uma qualidade de ensino, e que sejam alcançadas essas demandas, a fim de enfrentar um possível retrocesso da garantia de direitos.

Iamamoto (2009, p.19) explica que o(a) profissional de Serviço Social está trabalhando entre as demandas das instituições e as necessidades dos/as usuários/as, neste caso, os/as estudantes e suas famílias. De acordo com isso é preciso conhecer a realidade social desses indivíduos para que seja possível fazer as orientações necessárias para o acesso aos seus direitos.

Neste sentido, é imprescindível que sejam possibilitadas melhores condições às assistentes sociais para o seu exercício profissional, a fim de atender aos requisitos institucionais e as demandas requisitadas pela comunidade acadêmica, devendo-se visualizar as perspectivas do trabalho desses/as profissionais, nessas instituições de ensino.

Desta forma, esta pesquisa propõe como objeto central entender em que termos tem se construído a instrumentalidade do Serviço Social no âmbito da assistência estudantil na Universidade Federal de Sergipe, *campus* São Cristóvão. Para isto enquanto questão norteadora, indagamos se há ~~ausências que~~ dificuldades no fazer profissional do Serviço Social na instituição, em particular no âmbito da assistência estudantil, devido às prováveis altas demandas de estudantes em vulnerabilidade social, em decorrência das refrações da questão social, o que afeta na viabilização do acesso e a permanência, pensando nisso questionamos se existe precarização no exercício profissional, o que acarreta na fragilização da garantia de uma maior efetivação das ações realizadas pela Assistência Estudantil.

Ademais, torna-se determinante descortinar sobre as relações profissionais em que as/os Assistentes Sociais estão envoltos/as, se as relações são dificultadas por parte da gestão institucional, se a realidade é marcada por posturas hierárquicas, autoritárias e centralizadoras. Pois isso impossibilita a autonomia necessária para o exercício profissional das assistentes sociais, o que acaba delimitando suas potencialidades e do mesmo modo impactando na forma em que se consolida a

instrumentalidade profissional em relação às intervenções direcionadas aos estudantes.

Desse modo, sentindo a necessidade de ampliar a discussão sobre esta temática, pensando na contribuição acadêmica vislumbrada em um avanço do conhecimento científico, em relação poucas literaturas existentes, entendendo sua relevância teórica, pensa-se em criar bases para novos estudos, a contribuição social, estima-se sua utilidade na conscientização e aprimoramento dos benefícios para a comunidade estudantil, então através das reflexões trazidas nesta pesquisa, e tendo em vista a aproximação com o objeto de estudo, por ser egressa de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), no nível de ensino médio e técnico, dispondo da experiência como beneficiária do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE). Diante disso foi possível perceber a importância do Serviço Social articulado à Política de Educação inserido na instituição, para a permanência dos/as estudantes e entre outras demandas socioeconômicas.

Como graduanda em Serviço Social, surge o interesse por conhecer as condições e analisar a instrumentalidade na prática profissional das Assistentes Sociais da UFS *campus* São Cristóvão, assim podendo entender as formas de articulações, as demandas existentes e a Política Educacional em si neste território. Como estudante constato o benefício desta Política, sendo utilizada para a população em oposição às expressões da questão social, percebo as adversidades existentes na manutenção da Política Educacional e na efetivação da mesma nessa instituição de ensino.

Como objetivo geral, têm-se de apreender as particularidades da instrumentalidade profissional das Assistentes Sociais, no âmbito da assistência estudantil, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de São Cristóvão. No intuito de fundamentar o objetivo geral, temos os específicos: I. Analisar as condições do trabalho profissional das Assistentes Sociais, no âmbito da assistência estudantil da UFS *campus* São Cristóvão, tendo como relação à forma que a intervenção socioprofissional tem sido realizada junto às demandas apresentadas; II. Identificar as demandas institucionais na assistência estudantil que requisitam a intervenção profissional das Assistentes Sociais na UFS – São Cristóvão, observando descaracterizações a práxis da profissão; III. Compreender em que medida os instrumentais técnico-operativos utilizados pelas Assistentes Sociais da assistência

estudantil da UFS – São Cristóvão são possibilitadas relacionando com a instrumentalidade profissional pautada no projeto ético-político do Serviço Social.

Para tanto, a metodologia adotada fundamenta-se em uma pesquisa de caráter exploratório, ancorada em uma abordagem quanti-qualitativa, com perspectiva crítica. Tal abordagem permite a articulação entre informações numéricas, análises estatísticas e dados não numéricos, possibilitando uma compreensão mais ampla do objeto investigado. A pesquisa baseia-se na análise de dados bibliográficos e documentais, assumindo caráter predominantemente documental, tendo como referência materiais produzidos no âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), relacionados à atuação de assistentes sociais, com o objetivo de apreender com precisão o entendimento acerca da instrumentalidade profissional desenvolvida.

No que se refere às fontes de coleta de dados, estas são constituídas por documentos que subsidiam a fundamentação teórica do estudo, tais como artigos científicos, dissertações e livros. Os dados foram explorados majoritariamente por meio do portal institucional da UFS, bem como em documentos e informações (Plano de ação da Política de Assuntos Estudantis e Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025; Coletânea: Serviço social e assistência estudantil: demandas e desafios ao exercício profissional na Universidade Federal de Sergipe; UFS em números 2024; Indicadores de produtividade da PROEST 2013-2019 e a Resolução nº 08/2016/CONSU) disponibilizados pela própria entidade acadêmica, permitindo uma análise estruturada das repercussões do tema proposto e contribuindo para a compreensão crítica do fenômeno investigado.

Assim sendo, nos ancoramos no materialismo histórico-dialético, enquanto método de pesquisa, pois o mesmo:

> [...] propõe um processo de aproximações sucessivas da realidade, na perspectiva de desvelá-la a partir de uma análise crítica da realidade contraditória, por meio da dialética. Para isso, afirmamos haver dois elementos imprescindíveis, dos quais não se pode abrir mão quando existe desejo de desvelar o real: a história e a dialética (Lima Sobrinho, 2016, p. 82).

A pesquisa teve como foco de estudo a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Campus São Cristóvão, no âmbito da política de assistência estudantil, com ênfase no exercício profissional das assistentes sociais. Por meio da análise de dados estatísticos, foi possível apreender o alcance da política educacional da UFS junto aos estudantes. Entretanto, a investigação não se limitou à dimensão quantitativa,

buscando compreender a instrumentalidade profissional em sua totalidade, suas contradições e condições de realização, observando-se a vinculação do fazer profissional às dimensões ético-política e teórico-metodológica, à luz do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Buscou-se compreender se os benefícios destinados aos estudantes, operacionalizados por meio do cadastro único realizado anualmente, efetivamente contribuem para a garantia da democratização dos direitos preconizados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para tanto, foram analisadas os dados quantitativos das avaliações socioeconômicas decorrentes dos editais de seleção para auxílios e bolsas ofertados pela Pró-Reitoria de ~~Ações Afirmativas e~~ Assuntos Estudantis (~~PROAE~~) (PROEST), bem como as ações de acolhimento aos estudantes e seus familiares e o acompanhamento dos/as discentes bolsistas.

Deste modo, didaticamente, este trabalho, além da introdução e das considerações finais, também apresenta os resultados do estudo, organizados em duas seções. Sendo então estruturada a partir do recorte temporal de 2010, ano de institucionalização do PNAES enquanto Programa Nacional, analisando seus avanços, fragilidades e o histórico da assistência estudantil na UFS até o ano de 2024.

A primeira seção apresenta o referencial teórico-conceitual que fundamenta a análise desenvolvida, abordando a organização e as características institucionais da assistência estudantil na UFS. Em seguida, analisa-se a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destacando sua estrutura e fragilidades, bem como a política de assistência estudantil implementada na instituição, considerando sua conjuntura no contexto vivenciado. Essa análise é subsidiada por dados numéricos, apresentados por meio de gráficos, quadros e outras informações pertinentes.

A segunda dedica-se à análise da instrumentalidade do Serviço Social na assistência estudantil da UFS, iniciando-se por uma reflexão conceitual acerca de sua importância para a profissão. Discute-se, ainda, a relação entre as condições de trabalho das/os profissionais e as dimensões ético-política e teórico-metodológica do Serviço Social, considerando o Projeto Ético-Político da profissão, suas mediações, racionalidades e tendências na realidade contemporânea.

Por fim, realiza-se uma análise documental da instrumentalidade do Serviço Social na instituição, no âmbito da assistência educacional, compreendendo as atividades desenvolvidas, demandas, atribuições e competências profissionais, bem

como as condições estruturais, as fragilidades dos serviços e das intervenções, em articulação com o processo de precarização das condições de trabalho.

1. O LUGAR DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS) - *CAMPUS* SÃO CRISTÓVÃO

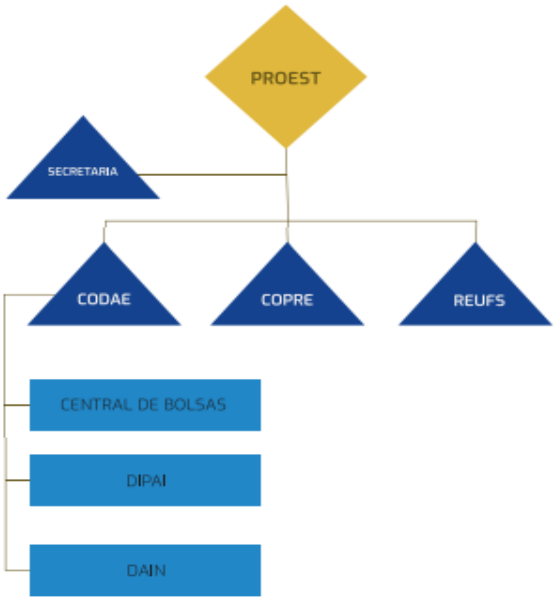
A política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe (UFS) se complementa às políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, tendo como base fundamental a educação pública de qualidade como direito de todos/as e o Estado como ente correspondente da garantia deste direito, conforme a Constituição Federal de 1988. Ademais, devendo haver a integração das diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como desígnio a ampliação das condições de permanência dos/as estudantes na Educação Superior Pública Federal, de acordo com o Plano de Ação da Política de Assuntos Estudantis Quadriênio 2021 - 2025 (UFS, 2021, p. 6).

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) constitui-se visando o planejamento, coordenação e supervisão aos estudantes, e tem como objetivo a integração, assistência e à promoção estudantil, implementando ações que desenvolvam as atividades acadêmicas dos/as universitários/as, sendo a Pró-reitoria subdividida sob funções organizadamente articuladas.

No campus de São Cristóvão, a PROEST é composta em duas coordenações e uma diretoria: Coordenação de Assistência e Integração do Estudante (CODAE), com duas divisões (Divisão de Programas de Assistência e Integração - DIPAI e Divisão de Ações Inclusivas - DAIN), Coordenação de Promoções do Esporte Universitário (COPRE) e o Restaurante Universitário (RESUN) (UFS, 2021 p. 9-10).

Em concordância ao relatório da Comissão Permanente de Flexibilização de Jornada (CPFJ)/UFS, 2021), a DIPAI é constituída pelas equipes profissionais de serviço social, psicologia, apoio pedagógico e coordenação. A DAIN é composta por profissionais intérpretes e tradutores de libras, possuindo uma coordenação própria. Tanto as coordenações quanto às subunidades funcionam de forma articulada e interdisciplinar no atendimento aos estudantes, e estão organizadas para manter o serviço ininterrupto – das 07h às 19h. Abaixo, cita-se o fluxograma estruturante da PROEST.

Figura 1: Fluxograma da estrutura administrativa da PROEST, junho de 2021



Fonte: UFS, 2021.

Segundo a PROEST, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2021, o trabalho se compõe buscando alcançar os/as alunos/as através de auxílio financeiro, acompanhamento psicopedagógico, programas esportivos, culturais, acesso à alimentação copatrocinada ou gratuita. Atuando de maneira articulada e conjunta na discussão junto às outras pró-reitorias, na elaboração e execução de editais, e na gestão de bolsas e auxílios que contemplem imparcialmente os/as estudantes vulneráveis. No momento existem cinco bolsas vinculadas a outras Pró-reitorias e a PROEST sendo pagas a estudantes de cursos de graduação presencial com recursos do PNAES: Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD: Bolsa Monitoria e Bolsa Permanência Apoio Pedagógico; Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – POSGRAP: Bolsa PIBITI e Bolsa PIBIC; Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX: Bolsa PIAE(Programa de Incentivo à Ação Estudantil).

De acordo com a Pró-Reitoria de Administração (PROEAD/UFS, 2021) é possível destacar a evolução da utilização dos recursos PNAES de acordo com as Pró-Reitorias acadêmicas, sendo a PROGRAD a que mais executa recursos ao longo dos últimos anos. Utilizando quantitativamente 4.310.389.00 milhões de reais em 2018 e consecutivamente 2.622.954.00 milhões de reais em 2019, esses dados enfatizam a grande busca dos/as estudantes de graduação pelo acesso a esses auxílios e bolsas, que ampliam a permanência acadêmica dos/as mesmos/as.

Na PROEST, de acordo com as informações do PDI de 2021, a Coordenação de Assistência e Integração do Estudante (CODAE) realiza o planejamento e a gestão dos auxílios da assistência estudantil e o acompanhamento do/a discente beneficiado/a, além das ações específicas de inclusão da pessoa com deficiência e de acessibilidade, através da atuação de suas divisões. A Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas (COPRE) é responsável pelas ações de integração do/a discente através da cultura e do esporte, tanto para alunos/as em vulnerabilidade socioeconômica quanto para a comunidade estudantil que não se enquadra neste perfil.

1.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO POLÍTICA NACIONAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituída, inicialmente, pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e, apenas em 2010, foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho, sendo classificado, naquele momento, como Programa.

Visto a necessidade de melhorias é aprovada, como Lei nº 14.914/2024, pelo Congresso Nacional no âmbito do Ministério da Educação, isto após mais de vinte anos que fora apresentado o primeiro Plano Nacional de Assistência Estudantil pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), sendo assim implementada pelas Secretarias de Educação Superior (SESU) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), transformada em lei para fortalecer a Política Educacional.

Este avanço está relacionado com a compreensão da importância de garantir a ampliação da permanência dos/as estudantes e o êxito acadêmico, com a finalidade na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal, podendo agora o desenvolvimento da PNAES ser maior e mais significativo.

Segundo o Descomplica PAE, Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do Instituto Federal Catarinense, que reuniu dados históricos sobre a assistência estudantil nacional na década de 2010, é possível visualizar que:

> No cenário sociopolítico em que o Programa Nacional de Assistência Estudantil foi instituído no Brasil, afloram políticas de expansão das universidades e de ampliação e democratização do acesso e permanência no Ensino Superior, por meio de programas como o sistema ENEM/SISU, o REUNI e a lei de cotas (IFC, 2021).

A Política foi implementada em 2024 segundo a disponibilidade de recursos orçamentários, com isso podendo beneficiar estudantes de programas presenciais de mestrado e doutorado, estes que antes estavam sendo invisibilizados no período em que era um programa, além de alunos/as de instituições de ensino superior públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de convênios. Visando também apoiar estudantes estrangeiros/as em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiados/as, incentivando a participação em competições acadêmicas e esportivas, e fomentando iniciativas de formação, extensão e pesquisa voltadas para a assistência estudantil.

A PNAES abrange diversos programas e ações, incluindo assistência estudantil, bolsa permanência, alimentação saudável, moradia, transporte, acessibilidade, permanência parental, acolhimento em bibliotecas e atenção à saúde mental. Enquanto na PROEST - UFS é fomentada outras ações objetivando outras iniciativas de programas, como assistência à cultura, inclusão digital, manutenção acadêmica e residência universitária (UFS, 2021, p. 12).

Conforme o Ministério da Educação (2024) a PNAES é dividida em dois importantes programas: o Programa Bolsa Permanência (PBP) e o Programa de Assistência Estudantil (PAE) que englobam iniciativas de assistência estudantil atendendo mais de 400 mil estudantes em todo território brasileiro. Por ter este fim, os recursos para a Política chegam a R$1,5 bilhão, com o exemplo em 2024 — que se teve o investimento 65% maior do que a verba destinada à assistência estudantil em 2022. Bem como as instituições de ensino possuem autonomia para definir ações específicas observando as realidades locais, as necessidades dos estudantes e as diretrizes da PNAES.

De acordo com o Ofício-Circular Nº 16/2019 do MEC as ações desenvolvidas pela política, são custeadas com recursos do Orçamento da União, à conta da Ação Orçamentárias 4002 (Assistência ao Estudante de Ensino Superior), integrante do Programa de Governo 2080 (Educação de Qualidade para Todos), os quais são alocados diretamente nas unidades orçamentárias das instituições federais de ensino superior.

Se faz pertinente citar os programas que compõem a PNAES, têm-se o Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de Bolsa Permanência (PBP); Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES); Programa Estudantil de Moradia (PEM); Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (PATE); Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (INCLUIR); Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEPE); Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) (MEC, 2025).

No entanto, ao decorrer da análise sobre a PNAES vê-se que a mesma não se trata de uma política universal para todos/as estudantes de graduação ou de outra modalidade de ensino. Ao contrário, há uma restrição significativa dos/as beneficiários/as. Visto que esta política utiliza como referência apenas a vulnerabilidade socioeconômica, quando se existem diversas formas de vulnerabilidade social, tendo como exemplo as condições de saúde dos/as alunos/as, o que alimenta uma lacuna nesta legislação, o que não é pensado desde as diretrizes anteriores. Outro aspecto notável e observado, é que o usuário da assistência estudantil é apenas o/a estudante e não sua família, o que agrega um caráter individual à política, já que não permite alcançar os componentes das famílias, impossibilitando ultrapassar a vulnerabilidade apresentada, o que favorece a permanência desta suscetibilidade.

Além disso, não são apresentados critérios para permanência dos/as estudantes no PNAES e nem a articulação do acesso com a finalidade do programa, expresso por meio do rendimento acadêmico. Entende-se que para o fortalecimento da Política Nacional de Assistência Estudantil e das condições dos/as estudantes universitários/as não é suficiente o investimento de recursos financeiros, precisa-se ser visto outras possibilidades para a evolução desta política, a exemplo das reais necessidades dos/as estudantes: dificuldades no estudo, a falta de recursos para possuir materiais necessários para o estudo, más condições de saúde mental ou física e entre outros.

Nesse sentido, Nascimento (2012) afirma que há fragilidade na definição do que é assistência estudantil e sobre o que entendemos a respeito das necessidades estudantis. A autora problematiza os conceitos de *assistência* e *necessidade,* afirmando que para atender ao estudante, é preciso entender que *assistência* não se

reduz ao provimento de subsídios materiais de forma focalizada/seletiva, e que a necessidade está além do atendimento das necessidades restritas de sobrevivência.

Portanto, deve-se ser observado as necessidades objetivas (alimentação) e subjetivas (acolhimento), pois estas influenciam diretamente e conjuntamente no direito ao acesso e a permanência digna no ensino superior. Em suma, a assistência estudantil como resposta institucional às necessidades dos/as estudantes deve ser pensada de forma que possa alcançar os/as alunos/as que necessitem, sendo suficiente e não excludente, tendo como meta a universalidade em razão destas demandas que são inerentes aos seres humanos.

Entende-se que no processo de acesso à educação superior federal se apresenta um número expressivo de estudantes de vários segmentos sociais, que até recentemente alguns, como negros/as, indígenas e mulheres, não conseguiam alcançar este nível de educação, o que implicou na criação de políticas de cotas e de apoio para a permanência a estes estudantes. Nesse viés, é indispensável se atentar às experiências acadêmicas e institucionais dos/as estudantes que estão iniciando e aqueles que estão prosseguindo na academia, acompanhando e avaliando se eles/elas estão tendo acesso a estes programas que visam à permanência e conclusão do ensino superior federal.

Nesse contexto de singularidades em que a Assistência Estudantil está inserida, a faz não apenas se caracterizar como uma problemática da política de educação de nível superior, mas um espaço necessário de trabalho do/a profissional de Serviço Social, tendo como perspectiva a garantia do atendimento às necessidades básicas dos alunos/as por meio de ações que garantam a proteção social, a partir da educação.

A Assistência Estudantil é colocada a apoiar os alunos/as, desempenhando funções essenciais para o atingimento das metas de expansão em desenvolvimento da educação pública. Com isso, apenas a existência das políticas educacionais traz a falsa ideia de que as necessidades da população estão sendo atendidas, porém tais políticas estão alinhadas para atenuar os problemas estruturais apresentados pelo capitalismo e não os reais problemas das desigualdades sociais. Desse modo, há, muitas vezes, uma falsa impressão de resolução das condições de vulnerabilidade, sendo esta política usada como mecanismo de apaziguamento frente às expressões

da questão social, mas o que ocorre no longínquo período da vida acadêmica desses indivíduos é a manutenção das necessidades.

No contexto socioeconômico desses estudantes, se faz necessário perceber como se acentua a necessidade das bolsas/auxílios da Assistência Estudantil, tendo como fundamento a realidade da pessoa enquanto estudante, e pessoa em sociedade, que não consegue se manter estudando e sobrevivendo sem trabalhar, seja de carteira assinada ou maneira informal, visto as grandes demandas de estudos e ao mesmo tempo demandas para provimento da própria subsistência, ocorrendo em muitos casos não conseguirem manter essas duas realidades, como também a vulnerabilidade/dificuldade em outros âmbitos, como por exemplo ser residente de municípios do interior, tendo que perfazer longas viagens para chegar aos *campus* para as aulas. Outra realidade é não conseguir participar de projetos de extensão e pesquisa, fase de suma importância para o desenvolvimento acadêmico, essas são algumas das várias questões que dificultam o acesso e a permanência no ensino superior.

Em conformidade ao Ofício-Circular Nº 16/2019 do MEC, menciona-se informações do relatório de “Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil”, da auditoria realizada nos anos de 2015 a 2016, pela Controladoria-Geral da União (CGU) acerca da gestão do PNAES no âmbito de 58 universidades federais, dos quais os resultados apresentaram inconformidades, como: fragilidades de normatização do programa; não incorporação das demandas do corpo discente nas decisões quanto às áreas de emprego dos recursos; níveis significativos de aplicação dos recursos em desconformidade com o Decreto 7.234/2010; fragilidades no processo de seleção dos beneficiários; e falta de publicidade dos atos envolvendo o PNAES, entre outros.

Outrossim, em consonância com a Controladoria-Geral da União (CGU), houve um levantamento de dados junto às instituições de ensino superior, e com isso executaram o cruzamento com outras bases de dados do Governo Federal, sendo assim possível verificar que em um grupo de 89.930 familiares analisados no âmbito da política, a existência de 23.577 grupos em que, pelo menos, um de seus membros mantém alguma renda formal e, desses, 9.621 grupos familiares, ou seja, 40,8%, possuem renda per capita acima do teto de renda de 1,5 salário-mínimo permitido pelo programa, chegando-se a um valor potencial de R$ 10,4 milhões que podem estar

sendo pagos anualmente a estudantes que não se enquadram nos critérios de renda do programa (MEC, 2019, p.02).

No âmbito do acompanhamento realizado pelo Ministério da Educação para as ações da política tem-se identificado um significativo número de inconformidades que impactam diretamente a efetividade do programa, sendo em relação aos seus objetivos e/ou suas finalidades, e o acompanhamento é realizado advindo da coleta de dados da execução da Política nas Instituições de Ensino Superior, além dos relatórios gerenciais dos Sistemas Integrados de Orçamento e de Administração Financeira do Governo Federal (SIOP/SIAFI) e de apontamentos de órgãos de controle e fiscalização, além de informações e denúncias realizadas dos beneficiários da PNAES. Das desconformidades que são mais expressivas seriam: fragilidades na comprovação de renda e grupo familiar; desvio de finalidade dos recursos, envolvendo despesas não vinculadas às ações de Assistência Estudantil previstas no Decreto e beneficiários não matriculados em cursos de graduação; acompanhamento acadêmico deficiente e entre outros (MEC, 2019, p.02-03).

Considerando o que foi apresentado, torna-se necessário compreender como a Assistência Estudantil vem sendo implementada na Universidade Federal de Sergipe, no *campus* de São Cristóvão. O objetivo é identificar possíveis fragilidades ou distanciamentos em relação ao que a Política propõe, analisando se sua execução tem impactado negativamente o processo de ensino na educação superior federal ou se, ao contrário, tem garantido aos/às estudantes o acesso às ações previstas. Essa investigação busca reconhecer tanto as potencialidades quanto os desafios presentes no contexto institucional, levando em conta a dinâmica própria que marca a realidade da UFS.

1.2 ANÁLISE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ENQUANTO PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROEST) NA UFS - *CAMPUS* SÃO CRISTÓVÃO

Para avançar na compreensão da proposta, tornou-se fundamental analisar a conjuntura da Assistência Estudantil em suas perspectivas e diretrizes, considerando o contexto específico da UFS enquanto instituição pública. Partimos de suas normativas, elaboradas para garantir direitos — especialmente o direito à permanência estudantil —, cuja efetivação é ainda mais crucial para estudantes em

situação de vulnerabilidade. Diante disso, faz-se necessário examinar como as ações da Assistência Estudantil têm sido desenvolvidas no âmbito da UFS, identificando seus alcances, limites e desafios.

A princípio, para ater-se em conformidade ao que é elucidado pela PROEST, o perfil do corpo discente assistido pelo Serviço Social está baseado no ofício circular nº 16/2019/MEC de 22 de agosto de 2019 e no decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o PNAES em seu Art. 5º: serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. A partir disso, é disponibilizado programas de acolhimento, apoio pedagógico e financeiro aos discentes, estímulo à permanência na instituição para conclusão do curso de graduação e canais de interlocução com os/as discentes.

O modo utilizado para realizar a seleção destes estudantes é através de editais para a concessão dos auxílios de assistência estudantil, mantendo o relacionamento com as outras Pró-reitorias da UFS para o pagamento das bolsas com recursos da PNAES. Como mencionado, os recursos do PNAES são aplicados em programas de bolsas de outras Pró-reitorias, não somente da PROEST. Tendo como exemplo a administração das bolsas de atividades acadêmicas que se enquadram como de responsabilidade da POSGRAP, PROGRAD E PROEX, porém, a preparação das folhas de pagamento para tais bolsas é de responsabilidade da PROEST. Os canais de comunicação com os/as discentes assistidos/as e com a comunidade acadêmica em geral são através da Caixa Postal do (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) SIGAA, e-mails, telefone, atendimento presencial, Microsoft Teams e Instagram, assim sendo possível de diversas formas o acesso às Pró-reitorias.

A esse respeito, para elucidar sobre o quantitativo do público que pode vir a necessitar alguma demanda em Assistência Estudantil, os dados que a Instituição disponibiliza em relação ao número geral de discentes da UFS no ano de 2024 - primeiro semestre letivo, no campus de São Cristóvão foi de 24.645 matriculados/as na modalidade de graduação presencial, enquanto na modalidade de graduação a distância o número foi de 1.951. Em relação ao Colégio de Aplicação – CODAP, no nível de ensino fundamental foi de 240 matriculados, e ensino médio 180, totalizando

420 alunos/as. No ensino de Pós-Graduação (Mestrado acadêmico e profissional e o doutorado) o total de matriculados/as foi de 3.019 discentes (UFS, 2024, p. 14 e 21).

Oportuna-se apresentar as bolsas e auxílios da Assistência Estudantil disponibilizadas pela UFS para este público, os/as estudantes, sendo estes custeados com recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) realizado pela gestão (UFS, 2021, p. 14-15), que explicitam quais e como as são:

> a) Auxílio Moradia e Programa Residência Universitária – Programa de residência oferecido a estudantes matriculados em todos os campi da UFS, após comprovada a necessidade de concessão do auxílio através de análise da situação socioeconômica do aluno.
> b) Auxílio Creche – Auxílio destinado a estudante com filho(s) com idade entre três meses e seis anos incompletos e que detenham sua guarda. A seleção é feita mediante avaliação socioeconômica. O estudante é incluído no programa de acordo com a disponibilidade de vagas e orçamentária.
> c) Auxílio Alimentação (Residência) – Destinado a estudantes inseridos no programa de Residência Universitária. Cada núcleo residencial recebe um valor mensal proporcional ao número de residentes do núcleo, para despesas com alimentação no café da manhã e finais de semana.
> d) Auxílio Alimentação (Individual) - Destinado a estudantes dos Campi da UFS sem instalações do RESUN (Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Campus da Saúde em Aracaju).
> e) Auxílio Inclusão – Destinado ao aluno com comprovada deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS.
> f) Auxílio Transporte – Para fazer jus ao auxílio transporte, o estudante deve ter necessidade de deslocamento em transporte coletivo de sua residência até a Universidade e não possuir, até parente em primeiro grau, transporte próprio.
> g) Auxílio Manutenção Acadêmica – Auxílio para aquisição de material de estudo.
> h) Auxílio Esporte e Auxílio Cultura – Destinado ao estudante com aptidão para a prática esportiva, com habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua modalidade esportiva, e participar de treinamento e competições locais, regionais e nacionais. O Auxílio Cultura beneficia o estudante com aptidão para participar de grupos musicais, teatrais ou de dança, com habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua escolha, e participar de ensaios e apresentações locais, regionais e nacionais.
> i) Auxílio Apoio Acolhimento – Auxílio de caráter esporádico, com base em disponibilidade orçamentária, destinado ao aluno ingressante no vestibular por meio das cotas de renda familiar. No início do semestre letivo, o aluno que se enquadra neste grupo recebe, de uma única vez, o equivalente a quatro meses de auxílio alimentação, manutenção acadêmica e transporte, totalizando R$ 1.200,00
> j) Auxílio Inclusão Digital – Auxílio de caráter esporádico destinado ao aluno considerado vulnerável previamente selecionado nos auxílios manutenção acadêmica, moradia, residência universitária e apoio pedagógico. O valor depende de disponibilidade orçamentária.
> k) Auxílio Apoio Inclusão – Para fazer jus ao auxílio de R$ 400,00 o aluno deve prestar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS.

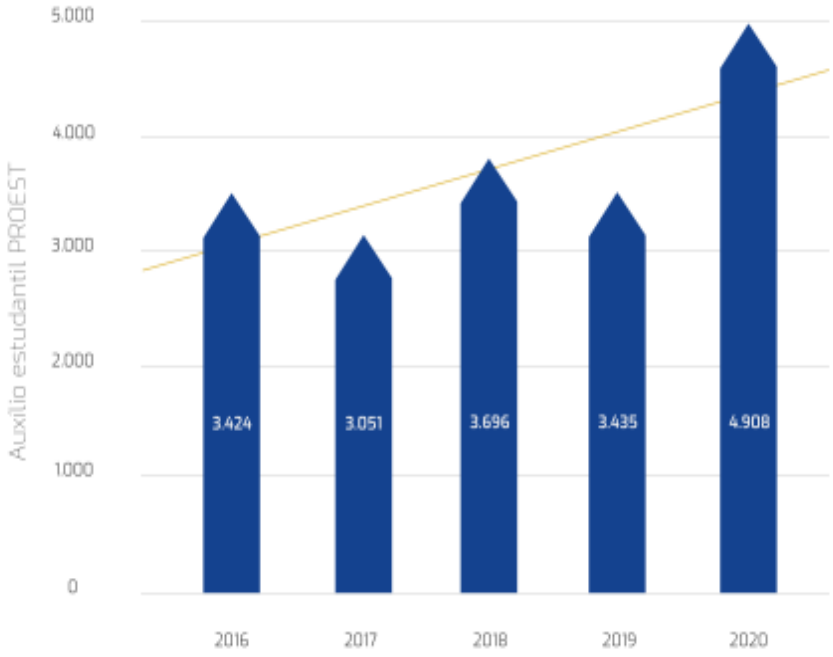
Tabela 1 – Tipos de auxílios e bolsas com valores pagos com recursos PNAES

BOLSA/AUXÍLIO	PRÓ-REITORIA RESPONSÁVEL	VALOR INDIVIDUAL DA BOLSA/AUXÍLIO
APOIO PEDAGÓGICO	PROEST	R$ 400,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	PROEST	R$ 200,00
ISENÇÃO RESUN	PROEST	R$ 200,00
ALIMENTAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS	PROEST	R$ 400,00
AUXÍLIO VIAGEM	PROEST	O valor é calculado pela PROAD de acordo com as meias diárias solicitadas (de 1 a 4) e do local do evento.
AUXÍLIO CRECHE	PROEST	R$ 200,00
AUXÍLIO MORADIA	PROEST	R$ 200,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	PROEST	R$ 50,00
BOLSA CULTURA	PROEST	R$ 400,00
BOLSA ESPORTE	PROEST	R$ 400,00
AUXÍLIO INCLUSÃO	PROEST	R$ 400,00
BOLSA RESIDÊNCIA – PRU	PROEST	R$ 900,00
MANUTENÇÃO ACADÊMICA	PROEST	R$ 50,00
BOLSA APOIO INCLUSÃO	PROEST	R$ 400,00
PRODAP	PROEST	R$ 400,00
PIBIC	POSGRAP	R$ 400,00
PIBITI	POSGRAP	R$ 400,00
MONITORIA	PROGRAD	R$ 400,00
PERM. APOIO PEDAGÓGICO	PROGRAD	R$ 400,00
BOLSA DE EXTENSÃO	PROEX	R$ 400,00

Fonte: UFS, 2021.

Destaca-se acima a distribuição dos auxílios e bolsas de acordo com a Pró-reitoria e suas responsabilidades nas diferentes áreas de atuação. Os valores individuais sendo em conformidade a necessidade apresentada, para cada auxílio e bolsa, podendo ser atualizado ou ajustado em editais específicos em razão da sua finalidade. O que não ocorreu desde 2014, ano em que os auxílios foram criados, havendo defasagem nos valores, o que dificulta a permanência dos/as estudantes na instituição, tendo em vista que com o reajuste salarial, as despesas aumentam, bem como consequentemente a necessidade da Assistência Estudantil.

Figura 2 – Número de discentes contemplados com auxílio estudantil, 2016-2020



Fonte: UFS, 2021

A PROEST em 2021 traz no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) quadriênio 2016-2020 gráficos e infográficos que exibem dados importantes para a pesquisa, como as informações sobre o quantitativo de discentes contemplados com auxílio estudantil, que evidencia que a Política de Assistência Estudantil na UFS não apresentou linearidade, mas sim oscilações expressivas, registradas nos anos de 2017 e 2019.

As informações apresentadas logo abaixo, na figura 2, correspondem sobre a oferta de bolsas e auxílios para os/as estudantes dos *campi* São Cristóvão e Aracaju, nos anos de 2013 a 2019, analisaremos este período em que houve diversas mudanças no **cenário político brasileiro**[1], o que se expressou na Política da Assistência Estudantil, com esses dados podemos trazer algumas considerações sobre eles, os números apresentados são a soma dos dois campi: Aracaju e São Cristóvão. O programa Bolsa Trabalho foi substituído pelo PRODAP em 2015, após sua extinção; o Auxílio Isenção RESUN é ofertado apenas para o Campus de São Cristóvão; o Auxílio Alimentação que surgiu em 2014, substituto da Bolsa Alimentação

[1] Marcado por transições turbulentas nas configurações políticas, gerando intensa instabilidade, crise e reforma econômica, medidas de austeridade fiscal, como também uma forte polarização política.

correspondem apenas ao Campus de Aracaju, em virtude de este não possuir restaurante universitário.

Tabela 2 - Concessão e distribuição de bolsas e auxílios – Campus São Cristóvão/Aracaju (Total de benefícios) entre os anos 2013 e 2019.

Auxílio/Bolsa	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bolsa Trabalho[1]	595	247	198	-	-	-	
PRU (Residência Universitária)	594	599	559	469	398	394	376
Bolsa Alimentação	96	61	63	30	-	-	
Auxílio Moradia	-	207	535	521	614	604	587
Auxílio Alimentação	-	42	79	111	61	78	149
Isenção Resun	1075	877	907	619	559	510	443
Auxílio Alimentação PRU[5]	-	-	-	-	-	-	
Apoio Pedagógico	-	86	293	148	130	96	14
Inclusão	-	-	-	4	10	11	16
Apoio inclusão	-	26	84	97	91	90	64
Creche	-	22	33	33	44	47	31
Transporte	-	319	608	408	476	526	494
Manutenção Acadêmica	-	413	598	416	550	608	641
Esporte	-	18	32	38	35	35	19
Cultura	-	17	25	45	33	30	12
Auxílio/bolsa Viagem	161	139	161	127	211	182	122
Bolsa Permanência (Medicina)	79	42	29	16	-	-	
Bolsa Permanência (Indígenas)	02	02	02	02	8	4	6
Bolsa Permanência (Quilombolas)	14	03	06	09	27	19	13

Fonte: PROEST, 2020 *apud* CPFJ/UFS, 2021 p. 47.

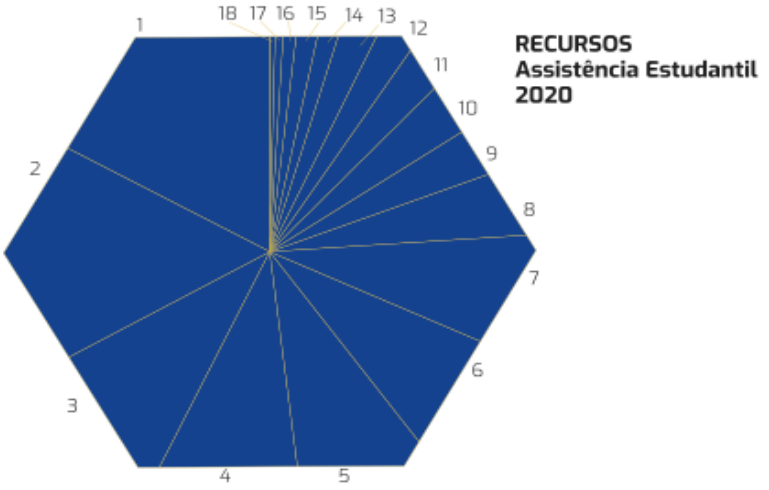
Revela-se, com esses dados, uma tendência de queda significativa no número da concessão e distribuição de bolsas e auxílios entre 2013 e 2019, havendo uma redução preocupante do acesso à subsistência estudantil, como moradia (PRU) e a inserção ao restaurante universitário (isenção RESUN), estes afetados, ampliasse a vulnerabilidade dos/as estudantes. Entende-se que com essa diminuição acaba por comprometer as condições de permanência, limitando as iniciativas de apoio pedagógico e de inclusão, demonstrando um progressivo desfalque na política de Assistência Estudantil.

Este movimento ocorreu a partir de 2016 e 2017, momento de grave crise econômica em paralelo com o contexto de crise fiscal, de cortes orçamentários e restrição pela Emenda Constitucional 95/2016, a implementação da medida chamada de ‘’teto de gastos públicos’’, que veio por impactar intensamente as Universidades Federais.

Esta restrição do Estado com os recursos para os gastos públicos federais ocorreu com o objetivo de sucatear as políticas públicas, sobretudo a educação, resultando em congelamento ou cortes nas verbas para custeio e investimento das

Instituições Federais de Ensino. Essa política de austeridade veio por afetar severamente a comunidade acadêmica, na dimensão científica e a permanência dos mais vulneráveis socioeconomicamente.

Figura 3 – Recursos Assistência Estudantil 2020



R$ 15.761.46,00 PNAES

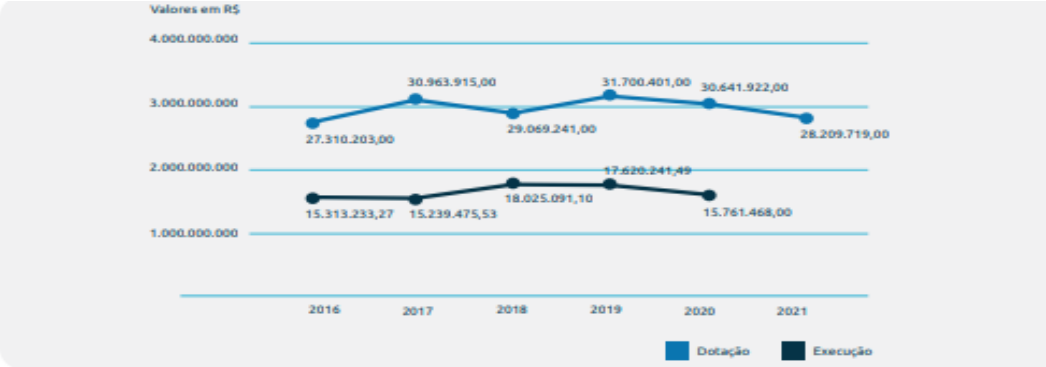
1) 17,01% Auxilio Alimentação R$ 2.681.200,00	10) 3,67% Transporte R$ 579.100,00
2) 16,04% Moradia Estudantil R$ 2.528.600,00	11) 2,70% Apoio Inclusão R$ 426.000,00
3) 9,79% PIBIC-COPES R$ 1.543.300,00	12) 2,34% Inclusão R$ 369.200,00
4) 8,96% PRODAP R$ 1.412.000,00	13) 2,32% Monitoria R$ 366.000,00
5) 8,26% PRU R$ 1.301.400,00	14) 1,42% Pesquisa - PIBIT R$ 224.400,00
6) 8,09% Apoio Pedagógico R$ 1.275.600,00	15) 1,36% Creche R$ 215.000,00
7) 7,99% PROEX Extensão R$ 1.259.600,00	16) 0,89% Esporte R$ 139.600,00
8) 4,67% Manutenção Acadêmica R$ 736.300,00	17) 0,63% Cultura R$ 98.800,00
9) 3,67% Alimentação PRU R$ 578.100,00	18) 0,17% PROMISSAES PEC G R$ 27.368,00

Fonte: UFS, 2021

Apresenta-se no gráfico acima a distribuição dos recursos da Assistência Estudantil (PNAES) do ano de 2020, sendo totalizado o valor de R$ 15.761.46,00, divididos em 18 categorias, cada uma representando um tipo de auxílio ou programa voltado aos estudantes, sendo assim possível constatar que as maiores partes destinadas do orçamento são para o Auxílio Alimentação e a Moradia Estudantil, que juntos somam mais de 33% dos recursos totais. Outros investimentos significativos são com os projetos de pesquisa e extensão (PIBIC, PIBIT, PROEX, PRODAP), que somam cerca de 28%, enquanto que os auxílios para Cultura, Esporte, Creche e PROMISSAES PEC G recebem menos de 2% cada. Percebe-se então uma distribuição desigual, com forte concentração nas áreas básicas que garantem as

condições de permanência dos alunos/as, como alimentação e moradia, seguindo no incentivo à pesquisa, extensão e inclusão acadêmica.

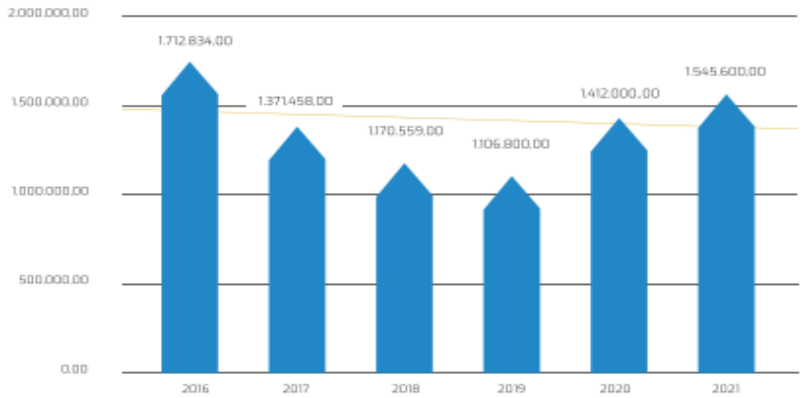
Figura 4 – Execução de recursos com auxílios e bolsas, 2016-2021



Fonte: UFS, 2021

Em relação a aplicação dos recursos na modalidade auxílios e bolsas, demonstra-se o equilíbrio entre a dotação orçamentária, que representa o total dos recursos disponibilizados, que oscilou entre R$ 27 e 32 milhões e a execução dos recursos, que representa o valor efetivo que foi gasto ou aplicado desses recursos, que se manteve entre R$ 15 a 18 milhões. Sendo organizadas de acordo com o uso voltados à Assistência Estudantil na Universidade e os gastos executados com os restaurantes universitários e com os programas de bolsas de pesquisa, ensino e extensão, mantidos por outras Pró-Reitorias. A diferença entre dotação e execução sugere que nem todo o recurso disponível foi utilizado, o que pode indicar limitações administrativas, contingenciamentos ou redirecionamento de verbas. Ademais, em 2020, nota-se uma redução tanto na dotação quanto na execução, que se pode relacionar ao impacto da pandemia da covid 19, que alterou as atividades estudantis presenciais.

Figura 5 – Execução de recursos PRODAP, 2016-2020



Fonte: UFS, 2021

Compreende-se com este gráfico que houve uma variação de valores na execução dos recursos entre os anos de 2016 e 2021, ocorrendo oscilações anuais com a recuperação no final deste período, o ano de 2019 marcou o ponto mais baixo, e o retorno do crescimento em 2020 e 2021 pode refletir uma reorganização ou aumento de investimentos em determinada área da Assistência Estudantil.

Reconhece-se a importância das modalidades de bolsas permanência da UFS, como a Bolsa PRODAP que é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional, que concede bolsas destinadas à participação de estudantes de cursos de graduação presencial, em atividades de 20h semanais, objetivando o desenvolvimento de habilidades voltadas para a complementação da formação profissional.

Em continuidade, as outras duas bolsas permanência pagas com recursos do PNAES seriam a Bolsa PIBITI, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, a Bolsa PIAEX, Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão, Bolsa CAPES-PIBIC, que é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica que são oferecidas através de editais próprios de outras Pró-reitorias, e a Bolsa Apoio Pedagógico, todas elas são concedidas ao estudante selecionado através de avaliação socioeconômica para participar de atividades acadêmicas complementares, dando ou recebendo apoio em disciplinas ou temas relacionados com sua área de graduação, essas atividades podem se relacionar ao ENADE e ENAMED ou ao Programa Institucional de Bolsa de iniciação à Docência (PIBID) (UFS, 2021, p.16).

Vale destacar a distribuição dos recursos para auxílios especiais, em virtude do período da pandemia da Covid-19, pois estes foram concedidos de maneira

emergencial, dadas às características peculiares, buscando a garantia do acesso dos/as estudantes à educação, visando à inclusão deles, tendo como finalidade possibilitar a permanência no ensino superior, e não alavancar o quantitativo de evasões que já se tem no ensino presencial. Neste período os auxílios da assistência estudantil foram essenciais, visto as expressões da questão social se fazendo ainda mais presentes no cotidiano de todos, sendo para os alunos/as um momento bastante expressivo.

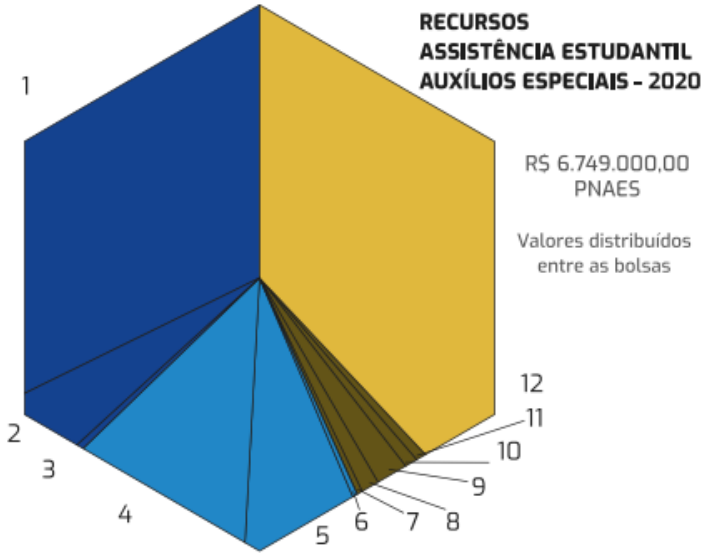
Tabela 3 – Auxílios em virtude do período de pandemia

TIPO	VALOR
EMERGENCIAL COVID 100	R$ 100,00
EMERGENCIAL COVID 150	R$ 150,00
EMERGENCIAL COVID 200	R$ 200,00
EMERGENCIAL COVID 300	R$ 300,00
EMERGENCIAL COVID 350	R$ 350,00
INCLUSÃO DIGITAL - CHIP RNP	R$ 100,00
INCLUSÃO DIGITAL - DADOS	R$ 900,00
INCLUSÃO DIGITAL - EQUIPAMENTOS	R$ 1.400,00
INCLUSÃO DIGITAL - EQUIPAMENTOS PCD	R$ 400,00
MANUTENÇÃO ACADÊMICA ESPECIAL	R$ 500,00

Fonte: UFS, 2021.

Detalha-se nesta tabela os tipos de benefícios concedidos no período da pandemia, os Auxílios Emergenciais em diferentes faixas de valor, de R$ 100,00 a 350,00; o Auxílio Inclusão Digital para chip RNP de R$ 100,00 para a aquisição de chip de conexão via Rede Nacional de Pesquisa; Auxílio para dados de R$ 900,00 voltado para o custeio de pacotes de dados de internet; Auxílio para equipamentos R$ 1.400,00 para a aquisição de computadores, tablets ou notebooks; Auxílio para equipamentos PCD R$ 400,00 voltado para aquisição para Pessoas com Deficiência, esses auxílios com um subsídio maior visando a compra de itens essenciais para o ensino remoto e a Manutenção Acadêmica Especial R$ 500,00 para a manutenção das atividades acadêmicas.

Figura 6 – Recursos da Assistência Estudantil pagos em auxílios especiais em 2020



Inclusão digital
1) 32,30% Equipamentos R$ 2.179.800,00
2) 4,57% Dados R$ 308.700,00
3) 0,20% Equipamentos PCD R$ 13.200,00
PRU
4) 12,09% Requalificaçaõ das Residências R$ 816.000,00
5) 7,25% Inclusão Digital das Residências R$ 489.600,00
6) 0,46% Plano de Apoio ao Esporte e Cultura R$ 31.200,00
EMERGENCIAL COVID
7) 0,32% 100 R$ 25.500,00
8) 1,16% 150 R$ 78.600,00
9) 2,28% 200 R$ 154.200,00
10) 0,63% 300 R$ 42.300,00
11) 0,75% 350 R$ 50.400,00
12) 37,98% Manutenção Acadêmica Especial R$ 2.563.500,00

Fonte: UFS, 2021.

Identifica-se com estas informações que a maior distribuição dos recursos dos Auxílios Especiais em 2020, foi para a categoria Emergencial COVID, com 37,98% para a Manutenção Acadêmica Especial, em seguida a Inclusão digital, em 32,30% em recursos para Equipamentos, e o Programa Residência Universitária (PRU) com 12,09% em requalificação das residências.

Analisando os dados, torna-se evidente que a estrutura da Política de Assistência Estudantil caminha de acordo com a conjuntura emergente e suas necessidades de respostas, tendo como exemplo a pandemia da covid-19, que neste momento apresentou um crescimento no alcance dos/as discentes, por resultado da adoção de auxílios emergenciais no ano de 2020, visto a urgência e a necessidade

da comunidade estudantil em se ter um suporte acadêmico. Isto revela a fragilidade e a dependência ao cenário macroeconômico e político, os gráficos possibilitam perceber a precarização da política, sua instabilidade e contradições que comprometem sua efetividade.

No tocante à monitoração e à aplicação dos recursos PNAES na UFS, os sistemas da instituição (SIGAA, SIPAC) foram construídos para não permitir pagamentos em duplicidade. Os módulos de assistência estudantil do SIGAA e o módulo de bolsas do SIPAC fazem verificações automáticas de acordo com critérios acadêmicos da Política Nacional de Assistência Estudantil e resoluções da UFS para não permitir que estudantes tenham duas bolsas ou que acumulem bolsa e auxílios com carga horária de atividades.

Além disso, não é permitido que um estudante com o status de matrícula “inativo”, “concluído”, “cancelado”, “graduando” ou “trancado” tenha seu nome inserido em folha de pagamento. Na condição em que é permitido acumular uma bolsa com auxílios da instituição, há ainda a verificação do limite máximo de valor de recebimento mensal, que é de um salário-mínimo em campus com RESUN, sendo o caso do Campus São Cristóvão.

A respeito da mudança de condição de vulnerabilidade socioeconômica do/a estudante assistido, anualmente ocorre a renovação do cadastro único dos/as estudantes da UFS no SIGAA, e neste momento, os/as bolsistas devem renovar sua declaração de vulnerabilidade socioeconômica. Com esse propósito, é exigido a apresentação dos documentos de comprovação de despesa e renda da família com documentos atualizados, que serão analisados sucessivamente por assistentes sociais ao longo do ano. Aos estudantes que continuam em situação de vulnerabilidade social serão mantidos nos programas.

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis é substancial na materialização do processo democrático na Universidade Federal de Sergipe, considerando que a Política de Assistência Estudantil é parte integrante das ações de ensino, de pesquisa e de extensão. Tendo este fim, o trabalho integrado com as Pró-reitorias, particularmente, com as de Graduação, Pós-Graduação e Extensão é considerável para potencializar os processos e exercer com eficiência os recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil, no âmbito da UFS, no campus São Cristóvão.

A Universidade Federal de Sergipe alinha ações estratégicas para a execução da política de assuntos estudantis no quadriênio de 2021-2025 no PDI, definindo metas e objetivos, tendo o compromisso institucional de acondicionar o acesso igualitário ao ensino superior por meio de uma política institucional de cotas.

Nessas estratégias a Instituição estabeleceu ações da Assistência Estudantil para aprimorar o desempenho acadêmico, visando o acompanhamento para a melhoria dos indicadores acadêmicos dos alunos assistidos, a ampliação do apoio institucional às ações programáticas, que seriam as bolsas e auxílios, a implementação de ações multi e transdisciplinares para grupos sociais vulneráveis, a exemplo alunos LGBTQI+ em situação de vulnerabilidade socioeconômica, apoio psicológico, assistência à saúde de discentes e inclusão da Pessoa com Deficiência com necessidades educativas específicas, garantir o apoio a inclusão digital, a ampliação da segurança alimentar e nutricional de discentes em todos os campi, incentivar a qualidade de vida, desporto e cultura, como também instituir mesas de diálogo e resolução de conflitos, avaliando com decisões democráticas a política de assuntos estudantis na UFS (UFS, 2024, p. 222).

Para que a Assistência Estudantil se desenvolva e acompanhe os esforços institucionais de aprimoramento, é essencial compreender como se organiza o trabalho profissional — especialmente o das assistentes sociais — no âmbito da Política de Educação. Isso envolve analisar seus instrumentais, técnicas e mediações, reconhecendo que transformações efetivas só são possíveis quando esses/as profissionais dispõem de condições adequadas de realizarem seu trabalho, incluindo autonomia para exercer plenamente suas competências.

Uma intervenção qualificada deve se ancorar nas três dimensões constitutivas do Serviço Social: a ético-política, a teórico-metodológica e a técnico-operativa. É a partir dessa base que o trabalho profissional pode contribuir de forma consistente para a realidade que a instituição almeja construir, questões que abordaremos no próximo capítulo.

2. A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFS – *CAMPUS* SÃO CRISTÓVÃO

A priori, torna-se indispensável refletir sobre o que é a instrumentalidade na prática profissional dos/as Assistentes Sociais no espaço sócio-ocupacional da Educação Superior Federal, no âmbito da Assistência Estudantil. Consoante às necessidades sociais dos estudantes, GUERRA (2000) indaga a importância que o Serviço Social tem, em razão: ‘’A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão’’.

As assistentes sociais, ao mobilizarem a instrumentalidade profissional, exercem a profissão com a finalidade de contribuir para a transformação da realidade social, neste caso, no campo da educação federal superior, onde se evidenciam múltiplas vulnerabilidades vivenciadas pelos/as estudantes.

Nesse contexto, a Política de Assistência Estudantil se configura como um importante mecanismo de intervenção do Estado, articulando-se às atribuições do Serviço Social e aos resultados produzidos a partir de seus objetivos, sempre em consonância com as condições concretas e com o processo sócio-histórico que os determina.

Assim, por meio da instrumentalidade exercida no cotidiano de trabalho, torna-se possível intervir nas expressões da questão social que atravessam os sujeitos demandantes, produzindo mudanças nas condições de vida e reafirmando o papel estrutural da instrumentalidade como mediação indispensável à prática profissional.

A instrumentalidade do Serviço Social qualifica as intervenções que são necessárias no fazer profissional no âmbito das Políticas Sociais, e na Política de Educação essa necessidade não é diferente, quando esta Política tem o papel de viabilizar a garantia do direito constitucional à educação. Nesses termos, os instrumentais e técnicas possibilitam ‘’ reconhecer a natureza das demandas, os modos de vida dos usuários, suas estratégias de sobrevivência, enfim, de deter uma competência técnica e intelectual e manter o compromisso político com a classe trabalhadora’’ (Guerra, 1999, p. 27).

Assim sendo, partimos do entendimento de que a instrumentalidade no Serviço Social está vinculada à dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, em

consonância com as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, manifestando-se nas ações desenvolvidas nos diversos espaços sócio-ocupacionais, sobretudo nos serviços públicos (Lima Sobrinho e*t al.*, 2024, p. 37).

Nesses contextos, o uso de técnicas e instrumentos deve estar sustentado por uma racionalidade crítica, coerente com os fundamentos histórico-dialéticos da profissão. Contudo, diante dos desafios contemporâneos — marcados pela intensificação das demandas, pela burocratização institucional e pelas pressões gerenciais — observa-se, muitas vezes, uma tendência à desvinculação desses fundamentos, o que fragiliza a direção ético-política da prática profissional.

Posto isso, não é possível analisar o trabalho profissional sem diferenciar instrumentalidade e instrumentos, o primeiro trata-se da lógica que orienta a utilização dos meios e técnicas, o outro condiz com as ferramentas concretas e os procedimentos utilizados na execução do trabalho, o que assume ao Serviço Social ser uma profissão eminentemente prática e interventiva.

Nesse sentido, devemos considerar as condições em que se dá o trabalho na contemporaneidade, que está imerso a dilemas em razão das determinações sociais, que interferem no exercício profissional, coexistindo com o processo de precarização do trabalho, que vem desfavorecendo a cultura crítica do Serviço Social.

Sob a racionalidade institucional, as mediações realizadas pelos/as assistentes sociais tendem a ser orientadas pelos interesses e demandas imediatas da própria instituição, o que frequentemente conduz a análises superficiais da realidade dos usuários. Nesse cenário, as mediações e determinações necessárias para conferir sentido crítico às intervenções profissionais tornam-se limitadas ou mesmo inviabilizadas (Lima Sobrinho, 2024, p. 11).

Tal condição reforça a necessidade de aproximação com a racionalidade dialética, que possibilita aos/às profissionais acionar a crítica à realidade, compreendendo suas múltiplas determinações e contradições. Essa perspectiva é fundamental para evitar a submissão acrítica às normativas e rotinas institucionais, preservando a direção ético-política da profissão e assegurando intervenções mais qualificadas e socialmente comprometidas.

Em razão da intensificação do ultraconservadorismo e da crise estrutural do capital, observa-se uma ampliação dos impactos sobre o trabalho e sobre a subjetividade profissional das assistentes sociais. Essa conjuntura aprofunda

processos de precarização e opera como uma ofensiva que desestrutura as bases crítico-emancipatórias da profissão. Na prática, cresce a exigência por profissionais multifuncionais, o que alimenta a lógica da inespecificidade do Serviço Social, intensifica sua burocratização e reduz o alcance das mediações. Simultaneamente, verifica-se a restauração de práticas conservadoras e assistencialistas, acompanhada da expansão da tecnificação e do anti-intelectualismo, elementos que reforçam o pragmatismo e desvalorizam a reflexão teórico-metodológica necessária ao exercício profissional crítico (Lima Sobrinho, 2024, p. 16).

Apesar desse avanço do conservadorismo e da realidade complexa que os/as profissionais estão inseridos/as, o trabalho profissional detém de possibilidades para responder aos desafios que se tendenciam, como ir em direção contrária ao que está sendo posto e se alinhar aos valores do Projeto Ético-Político do Serviço Social, sobretudo na emancipação, buscando pela autonomia relativa e fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais.

2.1 A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFS – SÃO CRISTÓVÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

A instrumentalidade do Serviço Social vai além do uso de técnicas e instrumentos, como entrevistas, visitas ou pareceres, devendo-se consistir na articulação com a prática técnica, a fundamentação teórica e os princípios ético-políticos da profissão, orientando como agir, por que agir e para que agir. Dessa forma, a instrumentalidade garante que o trabalho profissional tenha coerência, sentido e propósito social. Entendendo isso, analisaremos a instrumentalidade existente na Assistência Estudantil da UFS (Lima Sobrinho; Oliveira, 2024, p. 09).

Acerca dos subsídios para a prática profissional das assistentes sociais na Política de Educação, sua orientação teórica e metodológica, torna-se indispensável a expertise sobre as normas, como a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão, o Código de Ética Profissional do Serviço Social, das normativas expedidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), as legislações sociais como a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), os Estatutos da Pessoa Idosa, da Criança e do Adolescente e da

Pessoa com Deficiência, a Lei de cotas, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e entre outros.

Fora isto têm-se o arcabouço normativo específico da UFS para todos os campus, resoluções criadas pela instituição para regulamentar e delimitar os gastos dos recursos com os programas, bolsas e auxílios criados e aprovados pelo Conselho Superior. A título de exemplos, as resoluções nº 08/2016/CONSU (Normas que tratam de Auxílio à Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe); resolução nº 04/2018/CONSU e 20/2019/CONSU (Programa de Apoio Permanência) e resolução nº 43/2013/CONSU (Programa Residência Universitária), exemplifico estas por analisar serem as principais normativas que indicam as formas de atendimento ao público-alvo.

Outros instrumentos criados pela Universidade que são utilizados pelas assistentes sociais, são instruções normativas, portarias e ofícios do MEC e da própria instituição, emitidos pela PROEST/PROAE, de acordo com as informações trazidas pelas autoras (Lopes et al*.,* 2024, p. 23) no quadro abaixo.

Quadro 1 - Instruções normativas e portarias emitidas pela PROEST.

- IN nº 01/2019/PROEST	Normas de operacionalização do PRU;
- IN nº 01/2008/PROEST	Regulamenta a permissão para o uso de veículos oficiais da Universidade Federal de Sergipe em Eventos Científicos, Congressos de Entidades Estudantis e atividades relacionadas à PROEST/UFS;
- IN nº 01/2021/PROEST	Estabelece critérios, orientações e procedimentos acerca da migração de auxílios da Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe;
IN nº 01/2020/PROEST	Estabelece normas para continuidade dos serviços da Assistência Estudantil em caso de afastamento de servidores;
- Portaria nº 23/2022/ PROEST	Consolida a metodologia da Chamada Pública e dá outras providências

Fonte: UFS- Lopes et al. (2024, p. 23)

Assim sendo, a Assistência Estudantil realizada pela Universidade Federal de Sergipe, no campus São Cristóvão tem no seu processo metodológico para concessão de auxílio e bolsas, a *práxis* exercida por assistentes sociais e outros profissionais em equipe multidisciplinar.

A técnica aqui utilizada é a chamada pública, um instrumento de gestão e seleção que garante transparência no acesso aos auxílios estudantis, sendo, portanto, um instrumento de intervenção do Serviço Social, pois envolve análise técnica, avaliação social e mediação entre as demandas de vulnerabilidade socioeconômica e as políticas institucionais, elaboradas para garantir a permanência dos/as estudantes. Porém, este instrumento apresenta certas barreiras para os alunos/as quando exige vários documentos, complexificando e burocratizando o processo, ainda podendo apresentar problemas na comunicação e informação aos alunos/as e entre outros desafios.

A equipe da PROEST que realiza os processos seletivos após o preenchimento do questionário socioeconômico que são realizados anualmente, em dois editais, sendo necessário o preenchimento e comprovação pelos/as estudantes, a partir disso é executado a avaliação dos critérios técnicos específicos de vulnerabilidade socioeconômica conforme legislação vigente, que dispõe a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, sendo feito exclusivamente pela equipe de assistentes sociais da PROEST, quando vista a necessidade, a equipe de assistentes sociais poderá solicitar documentos complementares e utilizar outros recursos como entrevistas e visitas técnicas (CONSU/UFS, 2016).

Existem demandas que exigem intervenções emergenciais, como o Auxílio Apoio Emergencial ou o acolhimento provisório no Programa Residência Universitária (PRU). Nesses casos, os/as estudantes ficam isentos de aprovação na Chamada Pública da PROEST, desde que haja uma avaliação prévia realizada por equipes multidisciplinares da Assistência Estudantil. Ao final do processo de análise para Auxílios e Bolsas, é emitido um Parecer Social no SIGAA, indicando se a condição do estudante inscrito foi considerada apta ou inapta para a concessão do benefício.

Percebe-se que ocorre certa centralidade em relação a instrumentalidade técnico-operativa, na execução das atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais, tendo como prioridade a análise socioeconômica para a concessão de benefícios estudantis, visto ser uma demanda imediata requisitada pelos estudantes e pela instituição. Para melhorar a qualidade do serviço e o desenvolvimento da instrumentalidade, os/as assistentes sociais neste espaço ocupacional necessitam desenvolver outras ações, pensando na dimensão investigativa da profissão, tendo como horizonte a possibilidade de superar a imediaticidade que é requerida nas

demandas do exercício profissional, isto apenas é possível aprendendo com a instrumentalidade teórico-metodológica.

Aos Assistentes sociais são demandadas diversas atividades, como os programas apresentados acima, instituídos pela UFS, para a efetivação destas atividades se é exigido destes profissionais a conformidade da instrumentalidade nos aspectos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos que norteiam a profissão. A respeito das atividades exercidas pelos/as assistentes sociais no âmbito da Educação Superior, é mencionado pelas autoras (Lopes *et al.*, 2024, p. 21) que ocorrem:

> - Orientação indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões;
> - Planejamento de políticas sociais: elaborar planos, programas e projetos específicos; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades;
> - Pesquisa sobre realidade social: realizar estudo socioeconômico; pesquisar interesses da população; perfil dos usuários; características da área de atuação; informações in loco; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados;
> - Execução de procedimentos técnicos: registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da IFE; formular relatórios, pareceres técnicos e rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários etc.);
> - Monitoramento das ações em desenvolvimento: acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários;
> - Articulação de recursos disponíveis: identificar equipamentos sociais disponíveis; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com entidades e instituições; auxiliar na formação de uma rede de atendimento; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas;
> - Coordenação de equipes e atividades: coordenar projetos e grupos de trabalho.
> - Desempenho de tarefas administrativas;
> - Execução de outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Entre os programas executados pela PROAE, o Programa Residência Universitária (PRU) tradicionalmente apresenta a maior demanda para o Serviço Social. Isso se deve, principalmente, ao seu papel de apoiar os/as estudantes, oferecendo moradia àqueles/as provenientes do interior de Sergipe ou de outros estados, garantindo seu acesso e permanência na universidade.

Tal programa exige intervenções que considerem diversos aspectos da realidade social e acadêmica dos/as estudantes, com acompanhamento contínuo ao longo de todo o processo. Entretanto, devido à sua complexidade e alta demanda, observa-se, por vezes, a dispersão das competências e atribuições das/dos assistentes sociais, que acabam realizando tarefas administrativas que poderiam ser executadas por outros profissionais. Essa situação nos leva a refletir sobre as condições de trabalho desses profissionais na instituição e os impactos que tais demandas geram sobre a qualidade e a efetividade de sua atuação.

Pensando nas condições estruturais como os recursos, equipe, burocracias institucionais no cotidiano do exercício das profissionais do Serviço Social, as autoras a seguir trazem informações sobre as atividades requisitadas pela UFS, como:

> [...] solicitação de substituição dos móveis, administração das residências, aluguéis, relações contratuais, prestação de contas, etc, isto é, atividades técnicas rotineiras que poderiam ser assumidas por profissionais de outros cargos que vinham sendo relegadas a equipe de Serviço Social sob a justificativa de falta de recursos humanos e/ou equívocos sobre o entendimento das atribuições dos assistentes sociais (Lopes *et al.*, 2024, p. 24).

Desta maneira o atendimento se tornará prejudicado, as demandas que necessitam das competências dos/as assistentes sociais, são colocadas em segundo plano, prolongando-se nestas atividades técnicas, o acompanhamento efetivo dos programas da Assistência Estudantil acaba por ser lesado, o trabalho profissional é colocada sob uma perspectiva reducionista, repetitiva e pragmática, o que favorece a lógica da racionalidade da ordem burguesa, e a institucionalização da educação, se relacionando contrariamente à instrumentalidade institucional do Serviço Social, trazendo impactos nos serviços, pela ótica das exigências institucionais, ocorrendo o aumento das demandas e a cobrança de agilidade nas respostas socioprofissionais (Lima Sobrinho, 2024, p. 11).

Estes impactos institucionais, são em razão da redução e cortes no orçamento, falta de admissão de profissionais e da aplicação de recursos para fomentar a garantia

das condições éticas e técnicas no trabalho das assistentes sociais, o que precariza as condições de seus trabalhos, refletindo a lógica neoliberal. A instituição, a exemplo de informação, não se mobiliza ou busca ampliar o quadro de profissionais diante do crescimento anual do número de estudantes e das demandas.

Vale mencionar, outra atribuição que têm sido demandadas a equipe de assistentes sociais da PROEST, o atendimento aos estudantes da educação básica que integram o Colégio de Aplicação - CODAP e estudantes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFS. Percebendo a vulnerabilidade do público do CODAP, a equipe passou por realizar a seleção para assistência estudantil, mas é observado que, a equipe não consegue abarcar mais esta demanda, que necessita de uma considerável diligência como todas as outras ações elucidadas (Lopes *et al.* 2024, p. 24).

Conforme o conhecimento das autoras Lopes e Mendes (2024, p. 25-26), a UFS possui 14 assistentes sociais vinculadas à Assistência Estudantil nos diversos campis, estas autoras citam que o que gerou o aumento das demandas para as assistentes sociais foi a regulamentação da Resolução nº 04/2018/CONSU que formalizou a utilização do recurso PNAES com as bolsas para discentes da graduação presencial, para pesquisa, extensão ou vinculadas a PROGRAD, aos estudantes que estão em condição de vulnerabilidade socioeconômica ou oriundos de escola pública. Diante dessa mudança, os novos editais passaram a prever a avaliação socioeconômica como principal critério de análise, o que sobrecarregou as profissionais, delimitando sua atuação profissional à administração dos benefícios assistenciais estudantis.

Outro aspecto a ser considerado, é o fato da equipe técnica de Serviço Social não participar das etapas de elaboração dos editais em que está prevista a análise socioeconômica, não tendo ‘’orientação para apresentar propostas de planejamento e organização das atividades a serem realizadas’’ (Lopes *et al.*, 2024, p. 27).

No período de 2018, os gestores da Assistência Estudantil, não possibilitaram diálogo para com a equipe técnica, essa ausência provocou outras dificuldades além do aumento da demanda, a partir disto o edital apresentava lacunas e os discentes tiveram dificuldade para compreender todas as etapas em que iriam ser avaliados e como deveriam proceder. Nesse contexto, o exercício profissional é reduzido à mera execução, por somente ter a análise socioeconômica como alternativa, sem a

contribuição destes profissionais no planejamento e na avaliação das atividades (Lopes *et al.,* 2024, p. 27).

Do exposto, nota-se uma contradição na Assistência Estudantil da UFS, na relação que é submetida pela instituição para com a equipe de assistentes sociais, na qual, com o passar dos anos naturalmente ocorre o crescimento da demanda dos/as estudantes procedentes do número de ingressantes na UFS com perfil de vulnerabilidade social a serem atendidos pela Assistência Estudantil, porém, em contrapartida, se tem a estagnação do número de profissionais vinculados à Assistência Estudantil frente às demandas apresentadas pela instituição, como citado, é priorizado pela universidade uma prática profissional de acordo com a lógica reducionista de concessão de bolsas/auxílios, pensando em detrimento de quantidade a qualidade, este pensamento se traduz juntamente ao número dos profissionais relacionados a PROAE, essa dinâmica fragiliza a ação profissional na UFS.

Nesta lógica tecnicista e burocrática que é submetido o trabalho aos Assistentes Sociais, nessas condições para a realização de trabalho, demanda-se a instrumentalidade fincada na **racionalidade abstrata-formal**[2], quando a realidade institucional não permite a aproximação e o uso das habilidades necessárias ao objeto de intervenção, com isso os/as alunos/as são qualificados a números por atendimento e ou benefícios concedidos, o que se distancia da efetividade da política estudantil na educação superior pública, visto a presente implementação realizada por estes sujeitos do trabalho, a de administração de benefícios estudantis, que refletem em outras atividades, que impossibilita a ampliação das possibilidades de oferta de serviços no âmbito da Assistência Estudantil sobre outras demandas subjetivas que se apresentam como situações de violências, preconceitos e entre outros. Neste ínterim, logo abaixo será apresentado em uma tabela as atividades das Assistentes Sociais na Assistência Estudantil Federal na UFS, no período de 2013 a 2019[3].

[2] A racionalidade abstrata-formal corresponde a um determinado grau da razão, a qual se torna majoritária e cuja objetividade e autonomia ignora a primazia dos sujeitos sociais e, para tanto, reduz a práxis a ações burocráticas, pragmáticas e manipulatórias (Silva, 2013 *apud* Lima Sobrinho; Oliveira, 2024, p. 06).

[3] Os dados indicados referem-se ao documento “INDICADORES DE PRODUTIVIDADE DOS SETORES DA UFS INTEGRANTES DO PROGRAMA DE FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO (2013 – 2018)” publicado em 2019 e organizado pela Comissão Permanente de Flexibilização de Jornada da UFS. Os dados restringem-se aos Campus São Cristóvão, Itabaiana e Lagarto, pois são os Campi que possuem setores vinculados à Assistência Estudantil com jornada flexibilizada.

Tabela 4 – Atividades de Serviço Social desenvolvidas pela PROEST no Campus São Cristóvão (2013-2019).

Atividades	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Atendimentos internos/externos	1.095	1.277	1.825	3.854	13.200	10.666	6.856
Supervisão de Estágio	128	32	64	128	-	-	-
Reuniões	62	50	40	25	37	88	274
Encaminhamentos	0	1	1	2	10	12	72
Inscrições nos programas sociais	1.114	2.035	6.288	7.003	2639	6.637	7.820
Orientação social	2.560	3.400	3.236	3.918	13.200	10.666	7.527
Estudos sócio econômicos							
Entrevistas	2.040	2.780	343	125	216	360	436
Visitas	118	15	5	22	150	29	74
Análise e emissão de parecer	3.444	6.180	10.142	5.797	3437	3.379	6.934
Total de atividades	10.561	15.770	21.944	20.874	32.889	31.837	29.993
Total de Assistentes Sociais	3,50	5,0	5,0	5,0	7,5	8,0	7,0
Dias úteis (sem prejuízo)	242	170	144	207	238	242	243
Relação Ativ./Assist. Sociais/dia	12,47	18,55	30,48	20,17	18,43	16,44	17,63

Fonte: PROEST, 2020 apud CPFJ/UFS, 2021.

A partir desses dados, observa-se uma maior concentração de atividades relacionadas ao atendimento, inscrições nos programas sociais, orientação social e análise e emissão de pareceres. Tais atividades estão profundamente ligadas ao atendimento imediato dos/as alunos/as durante os processos seletivos da Assistência Estudantil, o que, consequentemente, sobrecarrega os profissionais de Serviço Social, que não dispõem de condições objetivas para desenvolver uma atuação profissional mais abrangente e atributiva. Essa sobrecarga da dimensão técnico-operativa, referente aos instrumentos utilizados nas intervenções, compromete a execução de práticas essenciais à totalidade interventiva da profissão. Nesse contexto, é importante destacar que:

> As requisições institucionais são distintas, e nas instituições empregadoras prioriza-se o trabalho burocrático, as demandas pragmáticas, as respostas imediatas, com o preenchimento de muitas planilhas pré-elaboradas, em base de tecnologias de informáticas e comunicação, sobrepondo à atuação rotineira do trabalho técnico ao trabalho técnico-criativo, no qual os plantões, as visitas domiciliares, os pareces socioeconômicos de acesso a benefícios, sob o viés institucional, acabam por se sobrepor às atividades educativas, já que cada vez mais se exigem parâmetros elevados de produtividade, dentre muitas outras requisições (Lima Sobrinho, 2024, p. 12 apud Lima Sobrinho et al., 2024, p. 36).

Nesta conjuntura, tem-se produzido um duplo movimento na dinâmica de trabalho destes profissionais, por um ponto de vista, neste processo foi possibilitado uma maior agilidade na realização de atividades, o levantamento de banco de dados da população usuária do serviço, o cruzamento destes dados, que possibilitam

apresentar os indicadores sociais, benefícios estes por via da incorporação de informatização, por outro lado, quando incorporado numa perspectiva gerencial, a instituição segue priorizando os resultados objetivos, sobrepondo os subjetivos, a dimensão real da realidade familiar, social, econômica dos alunos que necessitam serem considerados para a instrumentalidade dos Assistentes Sociais.

Este movimento reflete nos dados da figura apresentada acima sobre os estudos socioeconômicos, em que há uma prevalência da análise e emissão de pareceres - que é feita substancialmente através de um sistema operacional (SIGAA) em relação à visitas domiciliares e entrevistas.

Em razão do que foi exposto anteriormente, pelo processo que é percebido de precarização do trabalho destes profissionais, resultante pela lógica do capital se faz necessário reforçar que:

> [...] a instrumentalidade deve fazer parte da ação cotidiana do/a profissional e para que isso aconteça, entre outras, a utilização de instrumentos/técnicas são parte fundamental, desde que elaboradas e implementadas em conformidade, não apenas com as regras institucionais, mas como defendido aqui, com o projeto ético-político da profissão (Lima Sobrinho et *al.*, 2024, p. 36-37).

Reforça-se que a instrumentalidade profissional deve ir além do uso de técnicas e instrumentos, exigindo a articulação crítica com as dimensões teórico-metodológica e ético-política. É fundamental contrariar o contexto de sobrecarga e a priorização excessiva das demandas imediatas, adotando uma perspectiva centrada na intervenção qualificada. Dessa forma, as ações profissionais passam a considerar a realidade concreta dos estudantes, e não apenas indicadores quantitativos, promovendo uma atuação reflexiva, contextualizada e comprometida com a transformação social.

Outro aspecto a ser considerado, de acordo com as autoras Lopes e Mendes (2024, p. 35) com base na análise dos dados sobre as atividades do Serviço Social da PROEST apresentadas na figura 6 seria que:

> [...] há uma outra gama de atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais que poderiam ter sido elencadas como pareceres multiprofissionais, produção documental (relatórios, atas, requerimentos, informes/comunicados, guias, folders, memorandos etc.), participação como palestrante em eventos, levantamento de dados para monitoramento, etc. Outrossim, há atividades que são demandadas rotineiramente pelas chefias que não aparecem nas figuras aqui dispostas, pois muitas delas não se enquadram em ações de competência e atribuição privativa das assistentes

> sociais. Pode-se inferir de que há, nesse sentido, uma “cultura institucional” equivocada de que cabe unicamente às assistentes sociais as ações vinculadas à administração dos benefícios estudantis e de acompanhamento dos alunos (sejam eles bolsistas ou não) (Lopes et al., 2024, p. 35).

No que se refere ao trabalho profissional, os artigos 7º e 8º da Lei nº 8.662/1993 estabelecem, respectivamente, que: “constitui direito do profissional dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional” e que o profissional deve “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, por meio dos programas e políticas sociais”. O cumprimento desses preceitos precisa ser intensificado, garantido e fiscalizado pelas entidades competentes, como o CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social, especialmente quando a realidade do cotidiano profissional se distancia do previsto, de modo a não comprometer nem a atuação dos profissionais nem o acesso dos usuários às políticas públicas.

Outro fato preciso, de acordo com Lopes (2024, p. 60) seria sobre os impactos acometidos na incorporação das atividades privativas do Serviço Social, por não haver a organização em setores específicos por profissão, assim sendo inviável especificar as atividades/ações na Pró-reitoria, notando-se que:

> [...] Esse fator tem contribuído para um cenário de multiplicidade de compreensões sobre as competências privativas do Serviço Social, inclusive quando no trabalho multiprofissional os pareceres das comissões, tem sido discutido no âmbito de uniformizar a decisão, o que para o Serviço Social fere as orientações do Conselho Federal, contidas na Resolução 557/2009 (Lopes *et al.,* 2024, p. 60)

Em relação à defesa das condições éticas e técnicas para execução do trabalho das assistentes sociais, deve-se observar se o sigilo profissional tem sido fragilizado e ameaçado. Precisasse que haja a proteção dos dados, o acesso aos pareceres e demais informações dos discentes sejam resguardados, sendo permitido o acompanhamento apenas aos profissionais necessários.

Reforça-se sobre a incidência de requisições socioprofissionais na UFS que criaram condições de precarização do trabalho para as assistentes sociais, como a matrícula do SISU 2020 que ocasionou:

> [...] necessária mobilização de assistentes sociais de todos os Campi para atender a grande demanda de alunos (divididas entre serviços de triagem e orientação da documentação, verificação documental, coleta de documentos, registro do sistema e emissão de parecer), o que resultou na interrupção do

> atendimento das demandas cotidianas dos setores de Assistência Estudantil (Lopes *et al.*, 2024, p. 41).

Devido à ocorrência da pandemia de COVID-19 em 2020 se fez necessária a criação dos planos emergenciais visando apoiar os/as alunos/as, ocasionando outras demandas aos profissionais do Serviço Social, como o Plano de Ação Especial de Inclusão Digital (Equipamentos). Para, além disso, a equipe foi requisitada no processo de Matrícula do SISU realizando a "análise dos ingressantes na cota de renda (Demandas L1, L2, L9, L10) previsto na Lei de Cotas, Decreto 7.824/2012 e Portaria nº 18/2012/MEC, nos Campus de Lagarto, São Cristóvão, Aracaju e Laranjeira". Para atender esta demanda acabou-se retraindo tempo das outras atribuições para atender os prazos do MEC (Lopes *et al.*, 2024, p. 40).

Neste espaço educacional, compreende-se que muitas contradições iram se apresentar, implicados pelo modo de produção capitalista, as expressões da questão social fazem parte da vida discente, como as desigualdades, opressões, as vulnerabilidades, as quais são intentadas pelos/as assistentes sociais a serem superadas, e direitos garantidos, mas quando as condições de trabalho dos/as profissionais, não comungam com essa visão, a realidade continua limitante, a instrumentalidade institucional.

A possibilidade de desenvolver a instrumentalidade é dificultada quando as condições técnicas operativas são delimitadas, fragilizadas e de difícil avanço para a qualidade das intervenções. O trabalho profissional necessita ser participativo, criativo, crítico e reflexivo, entende-se a necessidade de superar o que se apresenta no cotidiano, de ultrapassar os limites impostos pelos espaços sócio-ocupacionais, que nesse caso seria a Universidade Federal de Sergipe.

> [...] o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (Iamamoto, 2014, p. 611 *apud* Lima Sobrinho et *al*., 2024, p. 35).

Isso evidencia que os/as profissionais devem manter-se firmes nos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional, indo à luta contra os projetos antagônicos que enfraquecem a utilização dos instrumentos/técnicas, fazendo com que a equipe de Serviço Social passe a ser usada como mecanismo de gestão e

seleção de demandas, do que mediação para garantir direitos. O cenário reflete o projeto conservador que se apoia na restrição de orçamentos e a focalização, o que transforma os instrumentais em ferramentas de seleção e exclusão, restringindo o direito aos estudantes e naturalizando a escassez. Assente nisso as/os profissionais se encontram em um dilema, mas podem utilizar dos instrumentos como meio de resistência e defesa dos direitos e a Assistência Estudantil como política estratégica para garantir o acesso e a permanência com qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível reconhecer como o Estado se configura na conjuntura socioeconômica, especialmente diante das demandas da classe trabalhadora, bem como compreender de que forma o Serviço Social, enquanto profissão, se insere nesse movimento. As mudanças de ordem política e econômica tendem a redefinir e intensificar os desafios e as demandas colocadas às/aos profissionais.

Assim, com base na literatura anteriormente analisada, compreende-se que a lógica do Estado, orientada pelas diretrizes neoliberais e pela política de ajuste fiscal — cuja justificativa central é a estabilização da economia —, exerce influência direta e negativa sobre os direitos sociais historicamente conquistados e permanentemente demandados. Tal dinâmica impõe ameaças à Educação Superior Federal, sobretudo por meio de cortes orçamentários e da não contratação de profissionais, como os/as assistentes sociais, precarizando as condições de trabalho e intensificando tensões institucionais. Essas tensões são, em grande medida, reforçadas pela adesão das gestões institucionais a uma racionalidade gerencial que, em consonância com a lógica estatal, prioriza indicadores numéricos em detrimento das necessidades sociais.

Nessa lógica estatal, incidem sobre os/as profissionais do Serviço Social consequências nos espaços sócio-ocupacionais, tais como a burocratização e a racionalidade tecnicista, características da contemporaneidade, que impõem limites às possibilidades de intervenção profissional do/a assistente social. Diante disso, torna-se necessária a apresentação dos resultados da análise realizada nesse espaço de *práxis* dos/as assistentes sociais, com vistas ao aprofundamento das discussões sobre o exercício profissional e à compreensão da dinâmica institucional investigada. Tal movimento se viabiliza, sobretudo, por meio da leitura crítica da realidade e da apreensão dos parâmetros que orientam a prática profissional na assistência estudantil, objetivando desvelar suas possibilidades e contradições.

Seguindo essa discussão, a partir das análises realizadas, foi possível apreender em que termos vem se constituindo a instrumentalidade do Serviço Social no âmbito da assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão. Evidencia-se que, no processo de trabalho do Serviço Social nesse espaço, há forte pressão relacionada ao tempo destinado à realização das análises

socioeconômicas dos editais do Cadastro Único, configurando-se esta como uma das principais demandas do serviço. Ademais, a instituição impõe aos/às profissionais a centralidade desse fazer profissional, o que decorre, em grande medida, da restrição à autonomia nas ações e nos planejamentos. Observa-se, nesse contexto, que os pressupostos do projeto ético-político da profissão, bem como das dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, não vêm sendo efetivados em sua plenitude, mas, sendo limitados.

Compreende-se, portanto, que a intervenção sócioprofissional desenvolvida frente às demandas apresentadas na UFS tem assumido um caráter um tanto centrado e focalizado, uma vez que a instituição requisita predominantemente dos/as assistentes sociais a execução de estudos socioeconômicos voltados à gestão dos benefícios da assistência estudantil. Tal dinâmica contribui para a sobrecarga dos/as profissionais, que passam a atuar sem condições objetivas adequadas, resultando em intervenções de cunho imediatista, especialmente durante os processos seletivos da Política de Assistência Estudantil.

Acresce-se a esse cenário a imposição de requisições oriundas de outras pró-reitorias, somada ao número insuficiente de profissionais, o que resulta na desvalorização profissional e impacta negativamente o atendimento aos estudantes. Trata-se de um contexto desfavorável aos/às assistentes sociais, que demanda a adoção de medidas estruturais, dentre as quais se destaca a contratação de mais profissionais como ação central para a melhoria dessa realidade. Contudo, sabe-se que tal iniciativa não se configura como prioridade na lógica neoliberal que orienta as decisões institucionais contemporâneas.

Além disso, demandas que requerem competências específicas do Serviço Social acabam sendo relegadas a segundo plano, prolongando-se em atividades de caráter técnico-administrativo. Observa-se, ainda, a atribuição à equipe de tarefas que não lhes competem e que não se configuram como atribuições privativas da profissão, justificadas por compreensões equivocadas acerca do Serviço Social e de sua instrumentalidade. Tal dinâmica contribui para a precarização das condições de trabalho e para o esvaziamento do conteúdo crítico da prática profissional.

No que se refere às demandas identificadas, percebe-se os benefícios possíveis de serem realizados aos/às estudantes quanto ao atendimento, às inscrições em programas sociais, a orientação social, bem como a análise e emissão

de pareceres vinculados aos estudos socioeconômicos, que sobrepõe-se a outras atividades profissionais, por oferecerem respostas mais imediatas às requisições institucionais. Dentre os programas que concentram maior demanda para o Serviço Social na UFS - São Cristóvão, destaca-se o Programa de Residência Universitária (PRU). Conforme os dados analisados, este se configura como o principal mecanismo de garantia da permanência estudantil, o que implica maior complexidade de acompanhamento e repercute na organização das demais atividades profissionais.

Diante disso, buscou-se compreender como se estabelece a vinculação entre os instrumentais técnico-operativos utilizados pelas assistentes sociais e a instrumentalidade profissional fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social. A análise da realidade vivenciada por essas profissionais na política de assistência estudantil evidenciou que tal relação é obstaculizada pela própria instituição, que delimita as condições técnico-operativas e inviabiliza o avanço das intervenções profissionais e o desenvolvimento pleno da instrumentalidade necessária.

Esse processo desqualifica a ação profissional, ao impedir que esta abarque as dimensões subjetivas da realidade discente. Os dados analisados demonstram um movimento institucional que impõe entraves às condições de trabalho, materializados em múltiplas formas de precarização, como o quantitativo insuficiente de profissionais diante das elevadas demandas e requisições, entre outras situações já apresentadas, que não se distanciam da realidade posta no mundo do trabalho globalizado.

Nesse sentido, a tradição sustentada pelas gestões antidemocráticas da UFS tem produzido obstáculos ao exercício profissional das/os assistentes sociais, que buscam por um fazer profissional alinhado às atribuições e competências da profissão. Contudo, observa-se que os avanços têm sido limitados, especialmente diante da manutenção dessas práticas e da imposição de novas funções que não correspondem ao escopo profissional do Serviço Social. Frente a essa realidade, infere-se que a adoção de um planejamento coletivo e a reorganização das atividades da equipe seriam estratégias relevantes, especialmente por meio da elaboração de protocolos de trabalho próprios do Serviço Social. Tal formalização contribuiria para resguardar o exercício profissional frente às interferências institucionais, qualificando o fluxo de trabalho e assegurando o respeito às atribuições profissionais.

Ao final da discussão, evidencia-se que o Serviço Social na UFS, no âmbito da assistência estudantil, enfrenta múltiplas adversidades que culminam na ~~violação~~ fragilização de direitos profissionais, que assegurem condições dignas de trabalho, isto para não alcançar um desacordo com a Lei de Regulamentação da Profissão e com o Código de Ética Profissional, que são imprescindíveis na instrumentalidade profissional.

Identifica-se, ainda, a dificuldade de superar o imediatismo e as complexidades do cotidiano institucional, que tende a reconhecer o Serviço Social apenas como executor de políticas públicas. Ressalta-se, portanto, a necessidade de constante aproximação às normativas profissionais como estratégia de enfrentamento às atribuições indevidas e à descaracterização do exercício profissional.

Em síntese, este estudo resulta da análise da realidade vivenciada no trabalho profissional da/o assistente social na assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão, permitindo compreender as contradições da totalidade em um contexto marcado pelo enfraquecimento dos direitos sociais, como as contrarreformas que repercutiram diretamente na trajetória acadêmica dos/as estudantes e, simultaneamente, fragiliza a intervenção sócioprofissional nesse espaço. Os dados apresentados expressam particularidades fortemente influenciadas pelos cenários políticos que incidem sobre a política de educação superior.

Ressalta-se que o estudo se concentrou em interpretar a instrumentalidade pregada da racionalidade que movimenta os/as profissionais assistente sociais atuantes na assistência estudantil da UFS, relacionando à racionalidade abstrata-formal, alcançando ainda as imposições institucionais, sendo estas as principais percepções em razão da limitação de tempo e metodologia, o que impede a generalização dos resultados para outros contextos da educação superior federal.

Por fim, destaca-se que este trabalho não teve a pretensão de esgotar a discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social na assistência estudantil, mas de contribuir para o aprofundamento desse debate nos tempos contemporâneos, ampliando a reflexão acerca dos desafios enfrentados pela categoria na educação superior e das mediações possíveis para a qualificação da instrumentalidade profissional. Acredita-se que os achados possam subsidiar futuras pesquisas e intervenções na área, ao oferecer uma compreensão crítica sobre os desafios e potencialidades do Serviço Social no âmbito dessa política pública.

REFERÊNCIAS

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 2. ed. revista –- São Paulo: Cortez, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** Capacitação em Serviço Social e política social, v. 4, p. 53-63, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: _____. Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Descomplica Pae**: História. 2021. Disponível em: https://descomplicapae.com/historia. Acesso em: 13 fev. 2026.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. (org.). **A instrumentalidade do serviço social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2024. *E–book.* Disponível em:https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/a-instrumentalidade-do-servico-social-nos-diferentes-espacos-socio-ocupacionais-do-a-assistente-social. Acesso em: 13 fev. 2026.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **As diretrizes institucionais como fundamento do trabalho profissional em detrimento da cultura crítica do serviço social:** contrassensos que dificultam a incorporação do projeto ético-político profissional. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 22, n. 6, e5131, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.55905/oelv22n6-071. Acesso em: 13 fev. 2026.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **Ultraconservadorismo e a "captura" da subjetividade profissional das assistentes sociais no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 147(1), e-6628365, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.365. Acesso em: 13 fev. 2026.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **"Construindo hoje, o amanhã desejado": Os Ethe Político Profissionais dos/as Assistentes Sociais – entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo; MENDES, Raquel de Oliveira. (org.). **Serviço social e assistência estudantil: demandas e desafios ao exercício profissional na Universidade Federal de Sergipe**. Rio de Janeiro: e-Publicar,

2024. Disponível em: https://dx.doi.org/10.47402/ed.ep.b23990720. Acesso em: 13 fev. 2026.

LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo; MENDES, Raquel de Oliveira. Levantamento de demandas do Triênio 2018-2020: Elementos para pensar as requisições socioprofissionais. *In:* LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo; MENDES, Raquel de Oliveira. (org.). **Serviço social e assistência estudantil: demandas e desafios ao exercício profissional na Universidade Federal de Sergipe**. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2024. Disponível em: https://dx.doi.org/10.47402/ed.ep.c23182720. Acesso em: 13 fev. 2026.

Ministério da Educação. **MEC garante assistência para alunos permanecerem na graduação**. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/mec-garante-assistencia-para-alunos-permanecerem-na-graduacao. Acesso em: 13 fev. 2026.

Ministério da Educação. **Nova lei da PNAES fortalece assistência e combate à evasão**. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/nova-lei-da-pnaes-fortalece-assistencia-e-combate-a-evasao. Acesso em: 13 fev. 2026.

Ministério da Educação. **Ofício-Circular nº 16/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC**. 2019. Disponível em: https://proest.ufs.br/uploads/page_attach/path/19721/PNAES_oficio_circular.pdf. Acesso em: 13 fev. 2026.

Ministério da Educação. **PNAES: como funciona**. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/es/pnaes/como-funciona. Acesso em: 13 fev. 2026.

NASCIMENTO, Clara Martins. **Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade**. In: ANDIFES (org.). *Fonaprace: revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia, 2012. p. 147-157.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Indicadores de produtividade dos setores da UFS integrantes do Programa de Flexibilização da Jornada de Trabalho**. 2021. Disponível em: https://ouvidoria.ufs.br/uploads/page_attach/path/13873/Relatorio_30h_CPFJ_2019.pdf. Acesso em: 13 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Plano de ação da Política de Assuntos Estudantis e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025**. 2021. Disponível em:https://proest.ufs.br/uploads/page_attach/path/13165/Plano_de_A__o_PROEST_Digital.pdf. Acesso em: 13 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 08/2016/CONSU**. Altera normas que tratam de auxílio à assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe. 2016. Disponível em: https://proest.ufs.br/uploads/page_attach/path/19719/082016_-_A__es_Assist_ncia_Estudantil.pdf. Acesso em: 13 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. ***UFS em números 2024: versão completa*.** 2024. Disponível em: https://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/22541/UFS_Em_n_meros_2024__2_.pdf Acesso em: 13 fev. 2026.